

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FABIANE HEGELE

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE
PRODUTOS PRIMÁRIOS E A REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA – Uma
Análise da Balança Comercial do Brasil de 2000 a 2012.

Porto Alegre
2013

FABIANE HEGELE

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE
PRODUTOS PRIMÁRIOS E A REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA – Uma
Análise da Balança Comercial do Brasil de 2000 a 2012.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para
obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Professor Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre
2013

FABIANE HEGELE

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE
PRODUTOS PRIMÁRIOS E A REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA – Uma
Análise da Balança Comercial do Brasil de 2000 a 2012.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para
obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 27 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan - Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Marcilene Aparecida Martins
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Previamente, agradeço a Deus, por ter me ajudado, a cada dia, ao longo dessa caminhada e me oportunizado sempre manter os estudos como algo primordial na minha vida.

À minha irmã Carol, por estar sempre ao meu lado, principalmente nos momentos em que mais necessito.

Aos meus pais, Guido e Vera, pelo constante incentivo à minha formação acadêmica e profissional.

Ao professor Marcelo Milan, pela ajuda e dedicação para a elaboração deste trabalho.

Agradeço também, à UFRGS e as professoras que aceitaram fazer parte da minha banca.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise das exportações brasileiras de 2000 a 2012. A intenção, a partir dessa análise, é enfatizar a reprimarização na pauta de exportações brasileira e avaliar se é benéfica ou não para o país. O trabalho adota como método, em primeiro lugar, a revisão bibliográfica, revisando as principais teorias de comércio internacional. Posteriormente, são discutidos estudos de casos de países que, a partir da exportação de bens primários, obtiveram êxito ou fracassaram no seu desenvolvimento econômico. Por fim, na parte empírica, são apresentados dados da pauta de exportações brasileira. O resultado preliminar mostra um aumento da exportação de produtos primários em detrimento de produtos manufaturados, caracterizando a existência de reprimarização com possíveis repercussões para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Palavras-chave: Reprimarização. Exportações. *Commodities*. Brasil.

Classificação JEL: F14, O13.

ABSTRACT

This paper provides an analysis of the Brazilian trade balance from 2000 to 2012. The aim of this analysis is to emphasize the reprimarization of the Brazilian export basket, and to evaluate whether it is beneficial or not to the country's development. This paper adopts as its first method, the literature review of the main theories of international trade.. From an empirical perspective, case studies will be discussed, including countries that, starting with the export of primary goods, have succeeded or failed in their development. Lastly, still using empirical methods, data about Brazilian export basket will be analyzed. The preliminary results show an increase in the export of primary products and a decrease of manufactured products, characterizing the existence of a reprimarization, with possible repercussions for the economic development of Brazil.

Keywords: Reprimarization. Exports. Commodities. Brazil.

JEL classification: F14, O13.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Exportações da América Latina	33
Gráfico 2 – Tendência dos termos de troca de algumas <i>commodities</i> (1980-1999)	38
Gráfico 3 – Balança comercial brasileira (2000 – 2012) – US\$	51
Gráfico 4 – Exportação brasileira por fator agregado (%)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mudanças hipotéticas na produção	14
Tabela 2 – Produtos dinâmicos e estagnados nas importações mundiais 1985-2000	35
Tabela 3 – Exportação brasileira – Principais produtos – 2000	52
Tabela 4 – Exportação brasileira – Principais produtos – 2012	52
Tabela 5 – Taxas de concentração industrial (CR) - Exportação brasileira – Principais produtos	53
Tabela 6 - Exportação brasileira - Principais países de destino – 2000	55
Tabela 7 - Exportação brasileira - Principais países de destino – 2012	56
Tabela 8 - Importação brasileira – Principais produtos – 2000	56
Tabela 9 - Importação brasileira – Principais produtos – 2012	57
Tabela 10 – Taxas de concentração industrial (CR) - Importação brasileira – Principais produtos	58
Tabela 11 - Importação brasileira - Principais países de origem – 2000	58
Tabela 12 - Importação brasileira - Principais países de origem – 2012	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ESTRUTURA ECONÔMICA, EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E DESENVOLVIMENTO	12
2.1 ARGUMENTOS TEÓRICOS A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS	12
2.1.1 A teoria das vantagens comparativas	13
2.1.2 Teoria do produto primário.....	17
2.2 ARGUMENTOS TEÓRICOS CONTRA O DESENVOLVIMENTO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS	21
2.2.1 A teoria da deteriorização dos termos de troca	21
2.2.2 O argumento em defesa da indústria infante de List.....	22
2.2.3 Industrialização e capacitação tecnológica para Ha-Joon Chang.....	22
2.2.4 Doença holandesa	23
2.3 UMA VISÃO ALTERNATIVA.....	24
2.3.1 Desenvolvimento por efeitos em cadeia – uma abordagem generalizada	24
2.3.2 Fundamentos macroeconômicos e experiência histórica	29
3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS: EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS, CRESCIMENTO E RENDA.....	31
3.1 COMÉRCIO MUNDIAL: UMA VISÃO GERAL	31
3.2 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E POBREZA: O CASO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES.....	37
3.3 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E CRESCIMENTO: O CASO DAS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS	39
3.3.1 Canadá	40
3.3.2 Austrália.....	42
3.3.3 Nova Zelândia.....	43
4 A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO BRASIL E O	

DESENVOLVIMENTO	46
4.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A PERDA DE IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PRIMÁRIO EXPORTADORA NO BRASIL	46
4.2 REPRIMARIZAÇÃO – EVIDÊNCIA EMPÍRICA	50
4.2.1 Pauta exportadora brasileira	51
4.2.2 Pauta importadora brasileira	56
4.3 DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63



1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos indicam que o Brasil está se reprimarizando, desta forma, este trabalho visa, a partir da análise da balança comercial do Brasil de 2000 a 2012, entender a reprimarização na pauta exportadora brasileira. A partir disso, discute se é possível alcançar um elevado estágio de desenvolvimento econômico a partir da exportação de produtos primários.

No que se refere ao ponto de vista prático, a análise da balança comercial, principalmente nos últimos anos, é extremamente importante para entender a situação do Brasil em relação ao comércio mundial. O aumento das exportações de *commodities* brasileiras, em detrimento da exportação de produtos manufaturados, faz vir à tona a questão da possível desindustrialização que o país estaria sofrendo. Com a mudança do cenário de exportações brasileiro, pode-se observar que a China, atualmente, é a principal parceira comercial do Brasil. Desta forma, o mercado importador de *commodities* chinês influencia no saldo da balança comercial brasileira. Outro fator que pode ter contribuído para a expansão da exportação de bens primários por parte do Brasil é que, nos últimos anos, houve valorização do preço das *commodities* internacionalmente. A partir deste fato, torna-se atraente para o Brasil a exportação destes bens.

Do ponto de vista acadêmico, o crescimento da nação conduzido pela exportação de produtos primários poderá alterar o rumo do desenvolvimento do Brasil. Dadas essas condições, há tanto teorias que indicam um futuro promissor para o país, quanto teorias que apontam que o Brasil prejudicará seu desenvolvimento, podendo até mesmo vir a sofrer da Doença Holandesa.

No que diz respeito aos métodos adotados, primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros e artigos para realização do primeiro capítulo do trabalho. Nesse capítulo, são apresentadas teorias de comércio que tratam de possíveis estratégias de desenvolvimento com base no setor externo, como a teoria das vantagens comparativas, do produto primário e da deteriorização dos termos de troca. Essas teorias, em conjunto com mais outros argumentos,

garantem o arcabouço necessário para a compreensão do tema.

No segundo capítulo são apresentadas experiências de alguns países na exportação de produtos primários. Apresenta-se o caso genérico da maioria dos países da América Latina, os quais não conseguiram atingir o estágio de desenvolvimento a partir da exportação de *commodities*, bem como os casos dos países de colonização inglesa como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, os quais se desenvolveram. Para a elaboração deste capítulo, foram utilizados artigos publicados que tratam de cada nação.

No terceiro capítulo são apresentados dados sobre exportação e importação do Brasil. Trata-se de uma pesquisa empírica acerca da pauta exportadora do Brasil. O capítulo mostra a reprimarização da pauta exportadora e retoma a discussão sobre as relações entre o comércio internacional e o desenvolvimento, bem como as diferentes experiências históricas, para avaliar as possibilidades de desenvolvimento econômico que se abrem ao país a partir desta mudança estrutural nas relações comerciais com o resto do mundo. A conclusão resume o trabalho e aponta para questões que precisam ser melhor entendidas para se compreender a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho.

2 ESTRUTURA ECONÔMICA, EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E DESENVOLVIMENTO

A participação dos países no comércio internacional deve-se a dois fatores, sendo o primeiro fatorial e o segundo tecnológico, de acordo com Krugman (2001): O primeiro diz respeito às diferenças que esses possuem, pois, a partir dessas diferenças, cada nação produz o bem que possui capacidade de fazer melhor. O segundo motivo parte do pressuposto de que, caso determinado país esteja inserido no comércio internacional, ele produzirá uma variedade menor de bens de forma mais eficiente – através da especialização – do que se produzisse vários bens. Isso ocorre devido às economias de escala, que tornam o custo de produção menor quanto maior for a quantidade produzida.

Neste capítulo, apresentam-se as principais teorias de comércio internacional que podem ser aplicadas à exportação de produtos primários, bem como os impactos desta orientação sobre o desenvolvimento econômico. As teorias darão o suporte necessário à compreensão do tema. Primeiramente, são apresentadas as teorias que vão ao encontro do preceito de que é possível desenvolver-se a partir da exportação de produtos primários. Posteriormente, são apresentadas as teorias que defendem o contrário. Finalmente, se discutem as abordagens que se situam entre estas duas perspectivas.

2.1 ARGUMENTOS TEÓRICOS A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

Nesta seção serão apresentadas teorias que defendem o argumento de que é possível alcançar o desenvolvimento econômico a partir da exportação de *commodities*. A primeira delas é a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo.

2.1.1 A teoria das vantagens comparativas

Entre as teorias clássicas de Comércio Internacional, há que se dar destaque à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Ricardo introduziu o conceito das vantagens comparativas no início do século XIX. Segundo Krugman (2001), o conceito baseia-se no fato de cada nação se especializar e comercializar com o resto do mundo o produto no qual possui vantagens comparativas. A vantagem comparativa que um país possui na produção de um determinado bem tem relação com o seu custo de oportunidade. Ricardo, para introduzir o conceito das vantagens comparativas, utilizou o exemplo da produção de vinho e de tecido. Em seu exemplo, Portugal possui vantagem na produção de vinho, enquanto a Inglaterra possui vantagem na produção de tecido. Desta forma, se Portugal e Inglaterra produzissem e comercializassem vinho e tecido, respectivamente, ambos se beneficiariam.

Krugman (2001), no intuito de explicar o conceito de vantagens comparativas de forma mais clara, adota um exemplo atual, o comércio de rosas, um bem primário, e computadores, um bem manufaturado, entre um país desenvolvido, no caso os Estados Unidos, e a América do Sul. Ele mostra como o comércio internacional pode ser benéfico, sendo que os custos para produzir rosas em fevereiro são muito maiores nos Estados Unidos, inverno norte-americano, do que na América do Sul. Assim, torna-se muito mais conveniente aos norte-americanos importar rosas do hemisfério sul no inverno e alocar seus investimentos na produção de outros produtos, como é o caso dos computadores, nos quais os norte-americanos possuem vantagem por possuir trabalhadores mais eficientes na produção desse tipo de bem, ou seja, na produção de bens sofisticados.

Caso os Estados Unidos optem por não importar rosas sul-americanas no inverno, o custo de oportunidade de produzi-las consiste no número de computadores que deixariam de ser produzidos em razão do alto custo exigido na produção das rosas. Devido ao frio, o seu cultivo demandará maiores recursos, os quais na América do Sul tornar-se-iam desnecessários para o

mesmo período do ano. Sendo assim, o custo de oportunidade para produzir um determinado número de rosas nos Estados Unidos consiste no quantum que se deve abdicar da produção de computadores. Deve-se observar que este custo de oportunidade varia com a estação do ano, tornando-se maior no inverno e menor no verão.

Krugman (2001) utiliza um exemplo numérico para ilustrar como o comércio internacional pode beneficiar ambos os países envolvidos, caso estes produzam os bens nos quais possuem vantagens comparativas, independentemente do tipo de bem comercializado. Conforme a tabela abaixo, caso os Estados Unidos abdicuem de produzir rosas, em favor da produção de computadores e a América do Sul produza rosas em detrimento da produção de computadores, todos poderão usufruir deste benefício. Como se pode observar, a produção global de rosas permaneceu a mesma, enquanto a de computadores aumentou. Desta forma, pode-se dizer que houve elevação do nível de renda da população.

Tabela 1 - Mudanças hipotéticas na produção

	Rosas (em milhões)	Computadores (em mil)
Estados Unidos	-10	100
América do Sul	10	-30
Total	0	70

Fonte: Krugman (2001, p. 15).

Krugman (2001) discute alguns “mitos” sobre a Teoria das Vantagens Comparativas, os quais, segundo ele, podem ser facilmente desmistificados. O primeiro refere-se à produtividade e à competitividade. Este primeiro mito consiste no argumento de que o comércio entre dois países não ser mutuamente benéfico quando as nações envolvidas não estão no mesmo nível de desenvolvimento. A fim de contribuir para a elucidação deste mito, o autor atribui este pensamento à má interpretação da teoria das vantagens comparativas ou à confusão desta com a teoria das vantagens absolutas de

Adam Smith. Para ele, a preocupação com o fato de um país não possuir eficiência maior do que outras nações na produção de determinado bem está vinculada à teoria das vantagens absolutas e não a das vantagens comparativas. Ocorre que, diferentemente das vantagens absolutas, para as vantagens comparativas deve-se levar em conta, além da produtividade das indústrias dos países envolvidos, os seus salários. Segundo o autor, “o salário de um país, por sua vez, depende das produtividades relativas de suas outras indústrias” (KRUGMAN, 2001, p. 25).

O segundo mito diz respeito às nações que são prejudicadas pelo livre comércio quando baseado em salários baixos. De acordo com o autor, não se deve acreditar que o comércio apenas seja benéfico quando envolve salários altos. Para um país que possui baixos salários, por exemplo, torna-se mais barato produzir um produto que possua vantagem, exportá-lo e, com o recurso proveniente desta exportação, adquirir um segundo produto, do que fabricar ele mesmo os dois.

As empresas dos países centrais transferem seus setores menos especializados para os países periféricos, para aproveitar o baixo custo da mão de obra. É nisso que consiste o terceiro mito, na exploração que os trabalhadores dos países periféricos podem sofrer por conta dos salários extremamente baixos que recebem. Krugman (2001) questiona qual poderia ser a alternativa a esses países. Caso não oferecessem sua força de trabalho, estes países estariam em uma situação mais confortável? Não encontrando respostas, ele assinala que privá-los de participar do comércio internacional poderia prejudicá-los ainda mais.

Diante do exposto acerca da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, pode-se constatar que esta teoria não faz restrição alguma à exportação de produtos primários. Compreende-se que um país que exporta recursos naturais não está fadado a se prejudicar, pelo contrário. Um país deve exportar os bens que apresenta vantagens na produção, não importa se primários ou manufaturados. Desta forma, para uma nação que possui a sua estrutura econômica baseada na exportação de produtos primários e apresenta

vantagens comparativas na sua exploração quando comparada com outras nações, tornar-se-á mais vantajoso importar produtos sofisticados de outros países do que optar por produzi-los simultaneamente ou em substituição à produção dos bens primários.

Uma versão mais abrangente do princípio é proposta pela teoria de Heckscher-Ohlin. Conforme Krugman (2001), a teoria desenvolvida por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, é também conhecida como teoria das proporções de fatores. “Ela enfatiza o mecanismo entre as proporções nas quais fatores diferentes de produção estão disponíveis em países diferentes, e em que proporções esses fatores são utilizados para produzir bens diferentes” (KRUGMAN, 2001, p. 70). De acordo com essa teoria, uma nação tenderá a exportar produtos que sejam intensivos no insumo que o país possui oferta em abundância relativa. Esta teoria, na realidade, expande o modelo de Ricardo para incorporar outros fatores de produção (terra e capital). No modelo Ricardiano, os custos relativos são associados a um único fator, o trabalho. Na teoria de Heckscher-Ohlin, os custos relativos dependem da disponibilidade relativa de bens. Mas as conclusões são similares.

Uma nação como o Brasil, que possui vasto campo disponível para o plantio, tenderá a exportar produtos intensivos no insumo terra, como é o caso da exportação de café, soja e algodão, por exemplo. Por outro lado, o Brasil importa os produtos que são intensivos no insumo capital, como é o caso dos produtos eletrônicos. Tanto esta teoria, quanto a anterior, das vantagens comparativas de David Ricardo, são consideradas teorias ortodoxas de comércio e assumem que exportações de produtos primários não são um obstáculo ao desenvolvimento econômico. O desenvolvimento resulta de políticas de livre-comércio que permitem explorar as vantagens comparativas de cada país ao promover a especialização produtiva.

2.1.2 Teoria do produto primário

Analisa-se, a partir daqui, uma teoria mais recente que as anteriores, mas que também apresenta argumentos a favor do desenvolvimento a partir da exportação de produtos primários. Watkins (1977), em seu artigo sobre a Teoria do Produto Primário, apresenta o argumento de forma específica para um país jovem, no caso o Canadá. Para o autor, regiões como a dos Estados Unidos e as dos domínios britânicos possuem características que contribuem para a exploração de produtos primários, como a relação homem/terra, por exemplo¹. Assim:

A hipótese fundamental da teoria dos produtos primários é que as exportações destes constituem o setor predominante da economia e estabelecem o ritmo de crescimento econômico. O limitado (no início, possivelmente inexistente) mercado doméstico e as proporções de fatores (abundância de terra em relação à mão-de-obra e capital) criam uma vantagem comparativa para as exportações de bens de uso intensivo de recursos naturais, ou seja, de produtos primários. O desenvolvimento econômico será um processo de diversificação em torno de uma base de exportação. O conceito central de uma teoria do produto primário, portanto, são os efeitos de dispersão do setor exportador, isto é, o impacto da atividade de exportação sobre a economia e a sociedade locais. Então, para construir uma teoria do produto primário, é necessário classificar esses efeitos de dispersão e indicar seus determinantes. (WATKINS, 1977, p. 260).

Segundo Reis (2012), os determinantes da exploração de produtos primários, aos quais o autor faz referência, consistem nas características destes produtos, nos recursos do país e no contexto mundial. Esses determinantes culminam nos efeitos de dispersão que, por sua vez, referem-se aos efeitos de encadeamento, que podem ser de três tipos, de acordo com Hirschman (1961). O primeiro deles é o “encadeamento para trás” ou “efeitos em cadeia retrospectivos”. Ele consiste no país passar a produzir insumos para a economia exportadora. Ou seja, essa estrutura econômica influencia até

¹ Isto aproxima esta abordagem do modelo de Heckscher-Ohlin.

mesmo as cadeias antecessoras à exportação do recurso natural. Na verdade, o objetivo é que esses insumos auxiliem na exploração deste bem primário.

O “encadeamento para frente” ou os “efeitos de cadeia prospectivos” acarretarão no valor agregado ao produto alvo da exploração. Isto é, em decorrência deste processo, surgirão novas cadeias de produção, as quais terão o produto explorado como principal matéria-prima.

E, por fim, o “encadeamento da demanda final”. Este vem a ser o investimento destinado às indústrias de bens finais que utilizarão o produto explorado como insumo. Salienta-se que, este tipo de encadeamento necessariamente deverá estar atrelado ao mercado consumidor interno, bem como ao nível de renda da população, uma vez que é preciso que haja demanda interna suficiente de modo a incentivar essas indústrias.

Uma qualidade do setor exportador é o fato deste tratar diretamente de divisas. Isso pode facilitar alguns processos de comércio, já que o país exportador possui moedas de outras nações de antemão. Para Watkins (1977), é importante que a capacidade empresarial, isto é, o pessoal que explorará este mercado, seja local e não estrangeiro. Não há problemas se a capacidade empresarial for externa, todavia se a capacidade for local, haverá um incentivo muito maior à propagação desta economia a outros níveis e cadeias, e haverá um interesse muito maior à promoção do mercado interno.

O autor observa que, dependendo do tipo de produto primário explorado, tem-se resultados diferentes no que tange ao padrão de vida da sociedade. Por exemplo, na exploração de produtos que demandam mão-de-obra não especializada em maior número, pode-se citar como exemplo os canaviais na região nordeste do Brasil, o mercado não demandará da sociedade um bom nível educacional e, conseqüentemente, ter-se-á baixo nível de renda. Ao passo que, uma economia que demande mão-de-obra mais especializada, necessitará de educação de maior qualidade e portanto impactará em um nível maior de renda.

Em relação ao futuro de uma economia exportadora de produtos primários, de acordo com Watkins (1977), caso esta economia cresça e

propague crescimento aos outros setores da economia local, primeiramente a demanda por recursos locais aumentará. Caso haja capacidade ociosa na economia, ela será capaz de suprir essa necessidade. Posteriormente, a economia local demandará recursos externos, e sendo a oferta externa de recursos elástica, não haverá problema de estrangulamento e a economia local crescerá ainda mais.

Ou seja, pode-se constatar que, para o autor, seriam impeditivos ao sucesso de uma economia exploradora e exportadora de produtos primários a ausência de capacidade ociosa local e uma oferta inelástica de recursos necessários ao desenvolvimento da nação. Estas demandas não sendo supridas pelo mercado interno e nem pelo externo, tornar-se-iam um entrave ao desenvolvimento do país. O desenvolvimento liderado pela exportação de produtos primários é, portanto, condicional a outras características da economia.

Para garantir o bom desempenho de uma economia exportadora de bens primários no futuro, é necessário aliar aos itens citados no parágrafo anterior os cuidados com a inovação. Devido às mudanças de gostos e preferências da população com o passar do tempo, é necessário sempre estar adaptando e inovando os produtos. A economia que não tiver este cuidado, corre o risco de ficar para trás na competição com economias que estejam atentas às novas tendências.

Segundo Watkins (1977), países jovens diferenciam-se de subdesenvolvidos tanto pelas condições preexistentes, quanto pelas consequências do processo de crescimento. Os países jovens apresentam vantagem em se desenvolver economicamente em relação aos países subdesenvolvidos. Isso ocorre devido às tradições que os países subdesenvolvidos possuem que podem dificultar o desenvolvimento. Os países jovens acabam adquirindo a cultura, bem como as tradições e costumes de seus imigrantes, não obstante as principais características que deverão ser mantidas e propagadas serem as que estão a favor do desenvolvimento. Para o autor, os Estados Unidos e os territórios de domínio britânicos são os

principais exemplos de países jovens. Sendo que, trata-se de extensões de terras consideráveis, as quais foram invadidas pelo homem branco.

Um problema que uma nação possuidora de um mercado exportador em ascensão pode vir a enfrentar e, que por sua vez, prejudica o seu desenvolvimento, é que os responsáveis pela economia da nação podem não dar a devida atenção a setores que não estejam ligados diretamente ao produto primário de exportação, isto é, às atividades de exportação. Por mais que estes setores não estejam diretamente relacionados ao bem primário, eles podem ser muito promissores. Desta forma, o país continua a investir no setor que tem conhecimento que é promissor, em detrimento de novos setores que poderiam diversificar a economia do país, promovendo maior bem-estar à sociedade.

Tendo enfrentado todos os entraves ao desenvolvimento, um país que teve o princípio de sua economia baseada na exploração e exportação de um bem primário pode se tornar desenvolvido. Primeiramente, a economia do país estará voltada exclusivamente ao mercado consumidor externo, exportando produtos que serão utilizados como matéria-prima por países desenvolvidos. Em um segundo momento, alguns produtos de consumo de fácil produção, antes importados, passam a ser produzidos dentro da nação. A próxima etapa é a produção interna de bens de maior complexidade e que exijam maior especialização. A última etapa consiste na produção de bens de capital. Neste momento, não é mais necessária a importação de grande parte dos meios de produção. Passadas estas etapas de crescimento, a economia deixa de ter sua estrutura econômica baseada na exportação de um bem primário e se torna industrializada. Assim, a indústria pode vir a ser desenvolvida no país, mas o desenvolvimento ocorre por meio de etapas cuja origem está na produção e exportação de produtos primários. A indústria é resultado, não causa, do desenvolvimento, que é liderado pela produção de bens primários.

2.2 ARGUMENTOS TEÓRICOS CONTRA O DESENVOLVIMENTO LIDERADO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

Nesta seção serão apresentadas teorias que defendem o argumento de que não é possível alcançar o desenvolvimento econômico a partir da exportação de *commodities*. A primeira delas é a da deterioração dos termos de troca.

2.2.1 A teoria da deteriorização dos termos de troca

Diferentemente dos autores considerados acima, Prebisch (1949) e Hirschman (1961) defendem restrições ao livre comércio entre os países. Prebisch (1949) argumenta que os países periféricos, como é o caso dos latino-americanos, não obtêm muitas vantagens ao realizar trocas com países centrais. Pelo fato dos países centrais exportarem bens manufaturados, enquanto os países periféricos exportam *commodities* (já que os últimos possuem abundância de recursos naturais e relativa especialização na exportação de produtos primários), os países da periferia podem prejudicar seu desenvolvimento econômico devido à deterioração dos termos de troca resultante da distribuição desigual do progresso técnico. Isso ocorre devido aos termos de troca das exportações primárias, em relação às importações de manufaturas, serem decrescentes, com os ganhos de produtividade na agricultura sendo repassados aos preços e os ganhos de produtividade da indústria sendo repassados às rendas. No entanto, salienta-se que a exportação de recursos naturais atua como importante fonte de divisas para os países periféricos. Portanto, os autores não defendem a autarquia, isto é, corroboram para que esses países mantenham relações com o mercado externo. A exportação de produtos primários deve ser complementar, não a principal atividade econômica. O desenvolvimento exige a industrialização e a ampliação do mercado interno.

2.2.2 O argumento em defesa da indústria infante de List

De acordo com Rodrigues (2010), a intervenção estatal por meio do protecionismo à indústria manufatureira infante é defendido por Friedrich List como meio para promover o desenvolvimento do país. O autor alemão acredita que o livre comércio não pode ser benéfico para ambas as nações envolvidas, a menos que estas estejam no mesmo patamar de desenvolvimento econômico, que por sua vez depende do grau de industrialização. O grau de proteção ao setor manufatureiro, bem como as taxas alfandegárias utilizadas, também dependerão da situação da nação em relação aos outros países. Segundo List, as nações desenvolvidas, para chegarem a esse estágio, fizeram uso desses métodos de proteção, embora procurem esconder estes fatos, como é o caso da Inglaterra.

List defende que uma nação, para se tornar desenvolvida, deve proteger sua “indústria infante”, ou seja, o protecionismo é um meio de industrializar-se e, por sua vez, modificar a estrutura econômica do país. Alcançado esse estágio, caso a nação em questão possua recursos naturais consideráveis, poder-se-á aproveitar esses recursos de forma muito mais proveitosa, dada a infra-estrutura, como de transportes, por exemplo, gerada pela indústria. Já um país que permanecesse agrícola e importasse produtos industrializados, não teria condições de aproveitar da melhor forma seus recursos naturais. Portanto, nesta abordagem o desenvolvimento por meio de produtos primários é considerado algo improvável.

2.2.3 Industrialização e capacitação tecnológica para Ha-Joon Chang

Assim como List, Chang (2009) defende o protecionismo e outras formas de intervenção estatal como instrumento de industrialização. O autor acredita que países ainda não desenvolvidos devem fazer uso de políticas protecionistas voltadas à indústria para alcançar o desenvolvimento, entendido

como expansão da produção industrial e das capacitações tecnológicas de um país. De acordo com o autor, os países ricos omitem que não foi através do livre comércio que prosperaram. A Inglaterra, por exemplo, para se tornar uma grande potência, adotou políticas que restringiam a exportação de bens primários e incentivavam a indústria interna e conseqüentemente a exportação de bens manufaturados. Segundo Chang (2009), os países ricos defendem o livre comércio após terem protegido suas indústrias durante anos. Desta forma, fica evidente a opinião do autor em relação aos benefícios que o livre comércio pode oferecer apenas às nações desenvolvidas e industrializadas. Nesta abordagem, a exportação de produtos primários não permitiria o desenvolvimento por não ampliar a capacitação tecnológica dos países.

2.2.4 Doença holandesa

De acordo com Squeff (2012), a doença holandesa (*dutch disease*) ou maldição dos recursos naturais, consiste em um aumento expressivo das exportações de produtos oriundos do setor primário de um país. Este termo apareceu pela primeira vez em uma publicação da revista *The Economist* em 1977. Esta expressão surgiu devido à descoberta de grandes reservas de gás natural na Holanda nos anos 1960, o que acarretou na apreciação da moeda do país ao exportar estes recursos naturais. Este fato resultou na queda da exportação holandesa de produtos industrializados, dado que o valor destes produtos tornou-se elevado no mercado internacional. No trecho abaixo, o autor elenca as implicações da elevação dos preços dos produtos primários:

Em linhas gerais, portanto, os efeitos esperados de um aumento nos preços de *commodities* são os seguintes: *i)* elevada apreciação cambial; *ii)* aumento nos gastos do governo, em função do aumento da receita proveniente de impostos e *royalties*; *iii)* aumento nos preços dos bens não comercializáveis em comparação aos bens comercializáveis (exceto *commodities*); *iv)* transferência de recursos e realocação de fatores de produção dos setores comercializáveis (exceto *commodities*) para os setores produtores de matérias-primas

e de não comercializáveis devido aos maiores retornos nestes dois últimos; e v) déficit em conta corrente. (SQUEFF, 2012, p. 12-13).

Segundo Squeff (2012), entre outras questões sobre o desenvolvimento que são levantadas pela doença holandesa, estão a inflação doméstica, a qual ocorre devido ao repasse da elevação dos preços dos produtos primários, e a falta de recursos necessários ao investimento em atividades de alta tecnologia. Ressalta-se a importância destas últimas atividades, pois elas são capazes de gerar externalidades superiores aos demais setores da economia quando comparadas às atividades de produção de produtos primários. Esta perspectiva levanta dúvidas sobre as possibilidades de desenvolvimento com base na exportação de produtos primários, principalmente recursos naturais.

2.3 UMA VISÃO ALTERNATIVA

Esta seção apresenta uma visão que não se enquadra adequadamente na contraposição “contra” ou “a favor”. Os efeitos em cadeia de Hirschman têm um caráter genérico e não dependem de um tipo específico de produto. Enquanto que os argumentos de Willumsen são baseados na tradição histórica e nas condições macroeconômicas.

2.3.1 Desenvolvimento por efeitos em cadeia – uma abordagem generalizada

Como já mencionado na Teoria do Produto Primário, parte dos conceitos de efeitos em cadeia de Hirschman são definidos da seguinte forma:

Defini efeitos em cadeia de uma dada linha de produto como forças geradoras de investimento que são postas em ação, através das

relações de insumo-produção, quando as facilidades produtivas que suprem os insumos necessários à mencionada linha de produto ou que utilizam sua produção são inadequadas ou inexistentes. Os efeitos em cadeia retrospectivos levam a novos investimentos no setor de fornecimento dos insumos (input-supplying), e os efeitos de cadeia prospectivos levarão a investimentos no setor da utilização da produção (output-using). (HIRSCHMAN, 1977, p. 11-12).

Pode-se detectar, além dos efeitos em cadeia retrospectivos, prospectivos e de demanda final, os efeitos em cadeia de natureza fiscal. Este ocorre quando o Governo, por meio da taxaço sobre os proventos de determinada atividade, resolve canalizar a verba arrecadada em favor de investimentos em atividades produtivas.

De acordo com Hirschman (1977), a melhor forma de um país chegar ao desenvolvimento é através da exploração e exportação de um produto que gere efeitos em cadeia de toda a ordem, independente de ser primário ou industrial. Não obstante, isso dificilmente aconteceria. Segundo o autor, geralmente um produto que repercute em um efeito em cadeia, acaba criando entraves a outros. Ele usa como exemplo a exploração petrolífera. O autor sugere que, embora tenha-se excelentes resultados em relação à receita arrecadada a partir da tributação governamental, isto é, dos efeitos em cadeia de ordem fiscal, não se pode dizer o mesmo para os resultados advindos de outros efeitos em cadeia. Na verdade, os outros efeitos em cadeia acabam não ocorrendo, pois eles são reprimidos pelo efeito de caráter fiscal, o qual acontece com frequência. No caso da atividade petrolífera, o enclave ocorre pelo fato de haver falta de relação com outros agentes econômicos.

Em situação contrária à exposta anteriormente, Hirschman (1977) apresenta um exemplo para o caso de atividades que não geram efeitos em cadeia de natureza fiscal de início, todavia possuem elos com o restante da economia. Este é o caso do Brasil e da Colômbia, que são países cultivadores de café. O cultivo de café, para ambos os países, gerou alguma receita oriunda da arrecadação de tributos. No entanto, isso foi possível apenas em um estágio bastante avançado de cultivo do produto.

Dado o exposto, o autor discute o que é mais atraente a um país: especializar-se na exploração de um produto capaz de desencadear efeitos em cadeia de caráter fiscal, de modo a gerar arrecadações que poderão ser alocadas em atividades que visem o desenvolvimento da nação, ou, por outro lado, especializar-se na produção de um bem ou serviço que possua inter-relação com outros setores da economia, ou seja, que contribua para que diferentes setores possam se desenvolver ao mesmo tempo.

Segundo Hirschman (1977), os efeitos de natureza fiscal possuem algumas implicações que os outros efeitos não possuem. Essas implicações consistem no fato de, além do governo, responsável pela arrecadação dos tributos, ocupar-se dos meios de realizar esta taxação, ele ainda precisa ter habilidade suficiente para investir este montante de forma produtiva. Caso o governo invista em atividades pouco promissoras, não se pode esperar desenvolvimento por parte da nação, não importando se a produção é produtos agrícolas ou de manufaturas. Isso não acontece com as atividades que possuem efeitos na produção, pois estas já possuem as indicações de quais setores devem ser priorizados, como forma de chegar ao desenvolvimento.

Hirschman (1977) sugere que, além dos efeitos fiscais, os efeitos na produção e no consumo também podem apresentar dificuldades e prejudicar o desenvolvimento da nação. As atividades que se tornam necessárias, desencadeadas pelos efeitos prospectivos, geralmente acabam sendo supridas pelo setor externo, isto é, as atividades consideradas novas ou “estranhas” ao país em questão, acabam sendo desempenhadas por nações em um grau de desenvolvimento mais avançado. Isso porque essas nações já são possuidoras do *know-how* necessário à execução dessas novas tarefas.

Todavia, no caso específico dos produtos primários, a “terceirização” das atividades que exigem maior grau de especialização e que se seguem após a extração dos produtos primários, prejudica o país produtor. Isso acontece pois os incentivos à especialização do país serão inibidos. Desta forma, o mais interessante é que não haja uma nação desenvolvida capaz de desempenhar atividades com pouco grau de especialização disposta a atuar neste mercado.

O país cultivador do produto primário tem capacidade de desempenhar atividades mais básicas pós extração do produto e, na ausência de parceiros comerciais, será obrigado a desempenhá-las. Neste caso, a teoria converge para a teoria do produto primário.

Hirschman (1977) argumenta que o Estado, como forma de desenvolver o país, pode dar suporte a determinados serviços, ou seja, subsidiar a infraestrutura necessária, como saúde e transporte, por exemplo. Para os casos de países exportadores de produtos primários, a erradicação de pestes também deve ser de responsabilidade governamental, isso porque apenas o Estado possui autoridade suficiente para atuar sobre grandes áreas, sendo que muitos produtores podem estar envolvidos neste cultivo.

Uma intervenção governamental importante é a estabilização de preços. Através dessa repercussão em cadeia, o Governo pode tentar controlar o preço do seu produto de exportação. Caso este país possua algum poder monopolístico, ou seja, uma grande fatia deste mercado, ele pode atuar fortemente sobre o nível de preços do produto, criando entraves a possíveis entrantes, por exemplo. Dependendo do produto de exportação, a intervenção nos preços por parte do Estado será de suma importância quando a oferta do produto estiver em desacordo com a sua demanda, como é o caso dos produtos de cultivos sazonais, por exemplo. A intervenção governamental tem como intuito o equilíbrio do mercado.

Hirschman (1977) argumenta como um país agroexportador pode chegar a se tornar uma nação desenvolvida. Não obstante, da mesma forma que pode se desenvolver, dependendo do caminho que trilhar, o estado de desenvolvimento pode não chegar, ou até mesmo ocorrer o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, segue, no trecho abaixo, a definição deste último:

Desenvolvimento do subdesenvolvimento significa essencialmente que uma coisa *não levou* à outra nos países periféricos; que nestes países, na verdade, as coisas têm piorado progressivamente: o impacto do capitalismo e imperialismo na periferia tem se exercido no sentido de extrair o excedente e, no processo, empobrecer a nação, destruir a indústria local, exaurir o solo e o subsolo, emascular e

corromper as elites locais. Na medida que não se pode negar a existência de uma certa medida de desenvolvimento capitalista sob forma de industrialização, esta é atribuída exclusivamente à falta de contato com o centro imperialista por parte de certas regiões privilegiadas e durante certos períodos de exceção. (HIRSCHMAN, 1977, p. 30).

Para mostrar as diferentes formas de desenvolvimento que os países podem assumir, Hirschman (1977) utiliza o conceito de “micro marxismo”, o qual deriva das teorias de Marx, que já alertava para o fato de que cada país assume uma forma diferente de desenvolvimento por conta das suas especificidades e atividades econômicas. De acordo com Hirschman (1977), o papel dos países periféricos é exportar produtos que servirão de insumo à indústria dos países centrais, sendo que estes possuem indústrias de transformação desenvolvidas. Isto é, os países centrais importam a matéria-prima necessária à produção de produtos manufaturados. Sendo assim, os países centrais agregam valor aos bens que produzem, ao passo que os países periféricos apenas agem na extração de matéria-prima. Isto levanta dúvidas sobre a capacidade de desenvolvimento gerada pela exportação de produtos primários.

Dado o que foi exposto, segundo Hirschman (1977), não há um produto específico que, uma vez produzido, levará um país ao estágio de desenvolvimento. O fato de dois países produzirem o mesmo produto, não fará com que eles se desenvolvam da mesma forma. Isso ocorre certamente porque os efeitos em cadeia dar-se-ão de forma distinta, o investimento por parte do Estado será diferente, a iniciativa privada terá um comportamento particular e assim por diante. Ou seja, há muitas variáveis envolvidas, as quais são capazes de levar economias produtoras do mesmo bem a caminhos bastante opostos.

2.3.2 Fundamentos macroeconômicos e experiência histórica

Diferentemente dos autores citados até agora, Willumsen (1991) apresenta sua abordagem sobre crescimento baseado na exportação de bens primários a partir de uma abordagem diferenciada. A autora opta por apresentar a tradição histórica e as condições macroeconômicas como forma de embasar sua argumentação.

Para Willumsen (1991), a tradição histórica do país é capaz de influenciar o seu comportamento no que diz respeito às atividades econômicas. Suas tradições são capazes de influenciar tanto um comportamento que favoreça o desenvolvimento do país, quanto um comportamento que o prejudique. Para a autora, a falta de abordagens deste tipo pode prejudicar o entendimento da questão do desenvolvimento que ocorre a partir da exportação de produtos primários. Pode-se dizer que o setor do produto primário é independente. Isso porque, segundo a autora, na maioria dos casos, o setor é recente, ou ainda, o setor é pequeno em relação ao restante da economia. Acerca das condições macroeconômicas, a autora sugere que:

[...] os aspectos macroeconômicos podem depender de características estruturais da economia do país, por sua vez subordinadas a uma variedade de fatores razoavelmente independentes do setor básico, possivelmente condicionados historicamente, e anteriores ao aparecimento do setor básico, e por políticas governamentais independentes desse setor. Aspectos macroeconômicos influenciam a direção e a intensidade com que certas mudanças paramétricas afetam a economia [...] (WILLUMSEN, 1991, p. 53).

Dado o exposto, pode-se observar que, para Willumsen (1991), é indispensável atentar-se para os fatos históricos do país e para as condições macroeconômicas da época do período analisado. Esses são pontos que não podem ser deixados de lado quando da análise da economia de um país e que condicionam o processo de desenvolvimento a partir dos produtos primários. Essas ressalvas diferenciam esta teoria das que foram tratadas anteriormente,

e, pode-se dizer que Willumsen (1991) acrescenta questões importantes às outras teorias, as quais direcionavam sua atenção quase que exclusivamente a questões mais microeconômicas.

Dadas as teorias que foram expostas neste capítulo, percebe-se que não existe um consenso sobre o caminho para se chegar ao desenvolvimento. Algumas teorias afirmam não ser nem mesmo possível desenvolver-se através da exportação de produtos primários. Ao passo que, para outros teóricos, para chegar ao estágio de desenvolvimento, é necessário que os países novos despertem o espírito empreendedor da nação e invistam nas atividades corretas, inclusive na exportação de produtos primários, capazes de repercutir de forma positiva sobre a sociedade.

3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS: EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS, CRESCIMENTO E RENDA

Este capítulo discute as experiências internacionais com o comércio externo de produtos primários, enfatizando alguns casos de fracasso e outros casos de sucesso. Faz-se inicialmente uma revisão histórica da evolução comercial nos séculos XIX e XX, com ênfase na América Latina, região caracterizada como em desenvolvimento.

3.1 COMÉRCIO MUNDIAL: UMA VISÃO GERAL

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2002), no decorrer do século XIX, houve uma rápida expansão do comércio internacional devido às “revoluções industriais, a forte diminuição nos custos de transporte gerados, a *Pax Britânica* que se impôs com o fim das guerras napoleônicas, e a substituição dos princípios de regulamentação mercantilista por aqueles da livre iniciativa.” (CEPAL, 2002, p. 30). Segundo relatório, o aumento do produto mundial não se deu na mesma proporção que as trocas de mercadorias entre as nações, isto é, o comércio internacional teve maior expansão que o PIB.

No que tange ao crescimento econômico, destaca-se que algumas nações utilizaram-se de medidas protecionistas para alcançá-lo, como é o caso dos países centrais europeus, dos Estados Unidos, de territórios de domínio britânico e, até mesmo, de países da América Latina. Ou seja, não foi o livre comércio que propiciou o crescimento econômico, mas sim o contrário, a expansão do comércio internacional derivou do crescimento econômico. Esta abordagem corrobora a visão de Ha-Joon Chang e gera dúvidas sobre as possibilidades de crescimento liderado pelas exportações em geral, e pelas exportações de bens primários em particular.

Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, o comércio internacional perdeu seu caráter dinâmico. O trabalho destaca os motivos:

[...] contribuíram a instabilidade política mundial, a desaceleração do crescimento econômico nos países desenvolvidos, a incapacidade para restabelecer o funcionamento do padrão-ouro e, sobretudo, o freqüente (sic) uso de medidas protecionistas (controles do câmbio e das importações) e a ruptura generalizada do sistema de pagamentos multilaterais durante a Grande Depressão dos anos 1930 [...] (CEPAL, 2002, p. 31).

Cabe salientar que, após a Segunda Guerra Mundial, conferiu-se grande importância à construção de um sistema de regras a fim de organizar o comércio internacional. Conforme destaca o documento da CEPAL (2002), o regime de comércio exterior após a referida guerra, foi dinamizado e centralizado inicialmente em dois blocos comerciais, de um lado a Europa Ocidental (União Europeia, atualmente) e os Estados Unidos, e do outro a Europa Central e Oriental, sendo que essa última acabou perdendo a força de mercado, tendo em vista a sua composição por países socialistas.

É importante acrescentar que o Japão, no período pós-guerra, também conseguiu expandir-se comercialmente, uma vez que estabeleceu formas de planejamento industrial e isso lhe garantiu notório desenvolvimento. Por fim, a CEPAL (2002) reconhece que todas as outras partes do mundo tiveram redução no comércio internacional ao menos até a década de 1970.

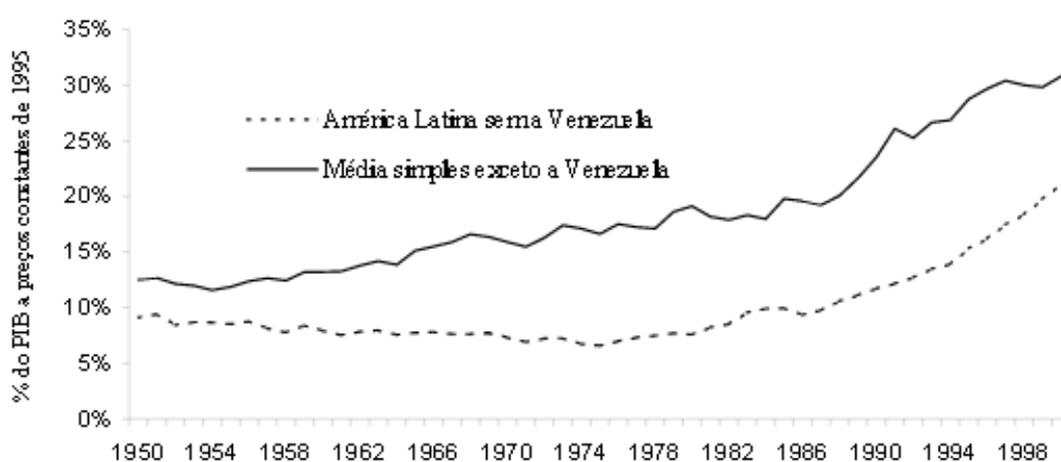
No que tange à América Latina, pode-se dizer que as exportações estabilizaram-se entre 1973 e meados dos anos 1980. Na década de 1990, por sua vez, houve o crescimento das exportações. No gráfico 1 abaixo, comparam-se as exportações da América Latina ao seu Produto Interno Bruto. Neste caso, pode-se observar que primeiramente são as exportações das pequenas economias que apresentam maior crescimento, ao passo que, apenas um pouco mais tarde, observa-se o mesmo para as médias e grandes economias. De acordo com a CEPAL (2002), o que gerou o dinamismo das exportações latino americanas foi a junção de três fatores: a substituição de

importações, a promoção de exportações e a integração sub-regional. Os autores também destacam que:

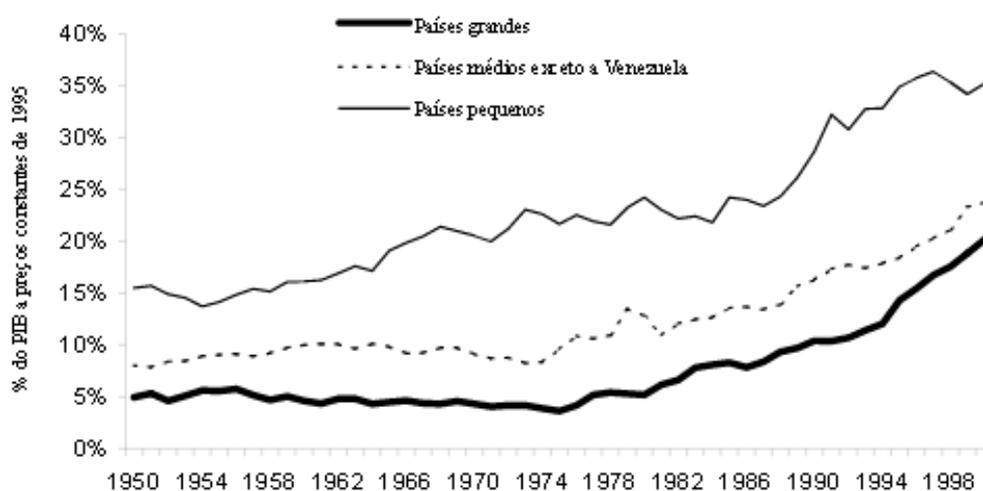
Desde meados dos anos 1970, o dinamismo das exportações começou a superar o do produto no conjunto da região. Esta tendência se acentuou durante a “década perdida”, porém mais como resultado do colapso do produto do que do dinamismo das exportações e, na última década do século XX, graças à expansão das exportações. (CEPAL, 2002, p. 33).

Gráfico 1 – Exportações da América Latina

A. Porcentagens do PIB



B. Porcentagem do PIB por tamanho de países (médias simples)



Fonte: CEPAL, 2002, p. 34.

Cabe salientar que, durante o século XIX e as fases mais recentes da globalização, a relação entre crescimento econômico e comércio externo em geral variou bastante. Para explicar o êxito que alguns países asiáticos tiveram durante a terceira fase de globalização, pode-se relacioná-lo ao fato destes terem tido sucesso na sua inserção no comércio internacional por meio da indústria.

As políticas comerciais estratégicas surtiram efeito para alguns países que almejavam alcançar o estágio de desenvolvimento. Não obstante, segundo a CEPAL (2002), não existe uma fórmula única para todos os países atingirem esse estágio, e nem mesmo a fórmula utilizada para determinada nação voltaria a surtir efeito caso fosse aplicada em outros momentos. A substituição de importações foi importante, pois devido a essa medida, foi possível a alguns países exportar produtos manufaturados, os quais possuem maior valor agregado e, por sua vez, contribuem ainda mais para um saldo positivo na balança comercial do país.

Na tabela 2, pode-se observar a perda de dinamismo econômico atrelada à exportação de produtos primários. A tabela mede a importância dos produtos, qualificando-os entre dinâmicos e estagnados. Utilizam duas classificações do comércio internacional, “uma que destaca a intensidade em recursos naturais e em tecnologia, desenvolvida pela CEPAL, e outra, a classificação CUCI (Classificação Uniforme para o Comércio Internacional.” (CEPAL, 2002, p. 36). Na comparação entre produtos primários e produtos manufaturados com alto valor agregado, de acordo com a CEPAL (2002), destaca-se a significativa dinâmica que os últimos apresentam, o que levanta dúvidas sobre a possibilidade de transformações econômicas positivas a partir dos primeiros.

Pode-se dizer de forma agregada que, nos últimos anos, as exportações latino-americanas tornaram-se mais dinâmicas. Não obstante, cabe salientar que há dois padrões distintos de especialização na região, quais sejam:

Um deles caracteriza-se pelo crescente peso das exportações de produtos dinâmicos (México e vários países da América Central e do

Caribe) e, outro, pelo predomínio de produtos intensivos em recursos naturais de baixo dinamismo no comércio mundial (o padrão dominante na América do Sul). (CEPAL, 2002, p. 39).

Tabela 2 – Produtos dinâmicos e estagnados nas importações mundiais 1985-2000

Quatro dígitos da CUCI revisão 2
Ponderação (% de importações totais)

	Produtos dinâmicos				Produtos estagnados				Lucro ou perda líquida
	Número de partidas	1985	2000	Lucros	Número de partidas	1985	2000	Perda	
A. Segundo categorias tecnológicas									
Produtos primários	15	0.7	0.8	0.1	132	22.5	11.6	-10.9	12.3
Manufaturas baseadas em recursos naturais	65	5.3	6.8	1.6	134	14.3	8.9	-5.4	14.1
Manufaturas de baixa tecnologia	71	7.3	10.8	3.5	90	7.1	4.9	-2.2	12.2
Manufaturas de tecnologia média	91	16.7	21.1	4.4	111	11.8	8.6	-3.3	25.2
Manufaturas de alta tecnologia	45	9.5	21.6	12.2	21	2.2	1.3	-0.9	10.8
Produtos não classificados	4	1.4	2.8	1.4	7	1.4	0.9	-0.5	2.3
Total	291	40.8	63.9	23.1	495	59.2	36.1	-23.1	76.9
B. Segundo classificação CUCI									
Produtos alimentícios e animais destinados à alimentação	17	1.1	1.4	0.3	77	7.5	4.3	-3.2	-2.9
Bebidas e tabaco	4	0.3	0.3	0.1	7	0.7	0.6	-0.2	-0.1
Materiais crus não comestíveis, exceto combustíveis	8	0.1	0.1	0.0	96	6.1	3.4	-2.7	-2.6
Combustíveis e lubrificantes minerais e produtos conexos	2	0.1	0.1	0.0	18	17.2	8.6	-8.6	-8.6
Azeites, graxas e ceras de origem animal e vegetal	3	0.0	0.1	0.0	15	0.6	0.3	-0.3	-0.3
Produtos químicos e conexos	39	3.6	6.0	2.4	56	4.5	3.3	-1.2	1.3
Artigos manufaturados, classificados segundo o material	76	6.5	7.9	1.4	115	9.1	6.1	-3.1	-1.6
Máquinaria e equipamento de transporte	89	22.0	35.6	13.6	70	7.9	5.6	-2.3	11.3
Máquinaria e equipamento, gerador de força	9	1.6	2.3	0.7	10	0.5	0.4	-0.2	0.5
Máquinas especiais para determinadas indústrias	6	0.9	1.1	0.2	22	1.9	1.3	-0.6	-0.4
Máquinas para trabalhar metais	4	0.3	0.3	0.0	4	0.4	0.3	-0.1	0.0
Máquinaria e equipamento industrial em geral	16	1.9	2.6	0.7	11	1.2	1.0	-0.2	0.6
Máquinas de escritório e para a elaboração automática de dados	7	2.4	6.0	3.6	4	0.4	0.3	-0.2	3.4
Aparelhos para telecomunicações e gravação de sons	6	1.6	3.7	2.1	6	1.2	0.8	-0.3	1.8
Máquinaria, aparelhos e artefatos eléctricos	25	4.7	9.8	5.1	0			0.0	5.1
Veículos de estrada, inclusive aerodeslizadores	8	7.6	8.1	0.6	5	1.5	1.1	-0.4	0.2
Outro equipamento de transporte	8	1.1	1.6	0.6	8	0.7	0.3	-0.3	0.2
Artigos manufaturados diversos	52	5.8	9.6	3.9	36	4.7	3.6	-1.1	2.8
Mercadorias e operações não classificadas	2	1.3	2.7	1.3	4	1.0	0.5	-0.6	0.8

Fonte: CEPAL, 2002, p.37.

Segundo a CEPAL (2002), cabe destacar a importância do Investimento Estrangeiro Direto (IED) nas últimas décadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Ocorre que empresas transnacionais de nações desenvolvidas, ao realizar investimentos em países periféricos, geralmente direcionam seu capital para atividades que envolvam a utilização de produtos primários. Os países receptores desses investimentos também possuem interesse nessa exploração, pois muitas vezes as empresas estrangeiras acabam por suprir alguma necessidade que a nação, ainda por falta de tecnologia, não poderia suprir sozinha, como argumentado por Hirschman. Desta forma, o interesse ocorre de forma mútua, de um lado, a empresa estrangeira possui a necessidade de explorar um recurso natural que o seu país de origem não possui, ao passo que o país periférico possui gargalos que não tem condições de prover sozinho.

De acordo com a CEPAL (2002), a expansão do comércio internacional, as empresas transnacionais e os Sistemas Internacionais de Produção Integrada (SIPI) estão relacionados. Segundo os autores cepalinos:

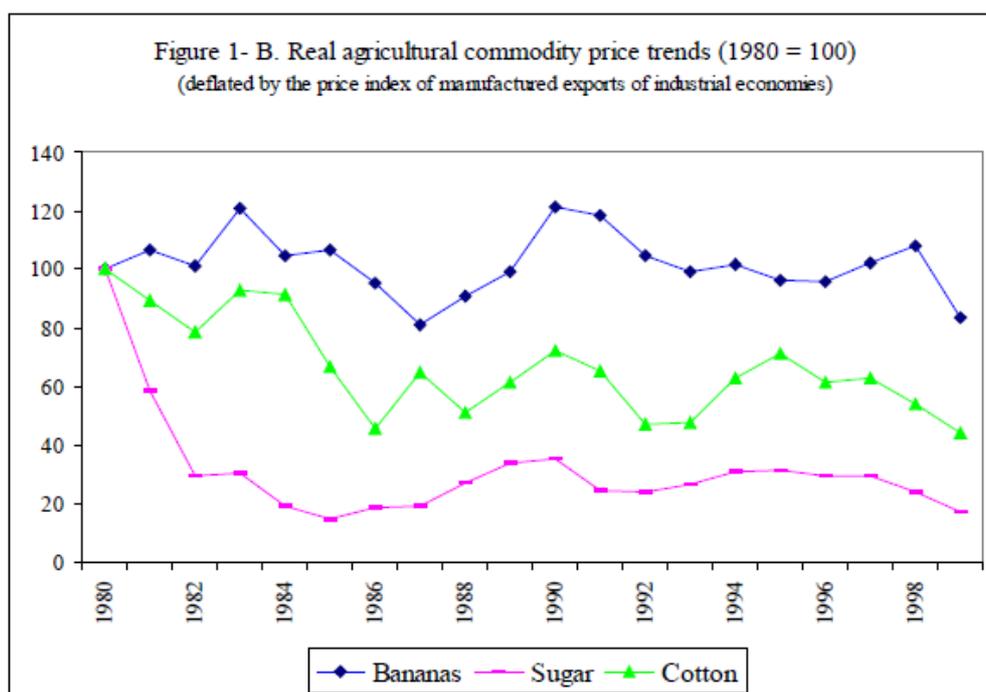
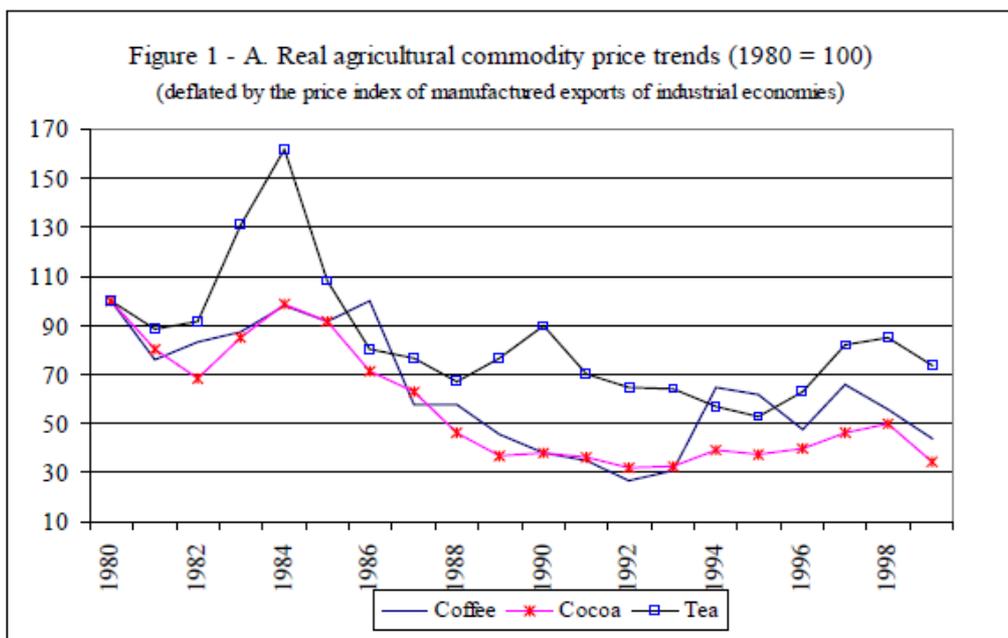
A literatura pertinente menciona quatro fatores determinantes do recente crescimento do comércio internacional. Os dois primeiros referem-se à redução dos custos de transporte e das barreiras ao comércio; o terceiro fator refere-se à expansão da demanda por diferentes marcas dos mesmos produtos entre países com níveis de renda semelhantes e, o quarto, é a ruptura das cadeias de produção (cadeias de valor), gerando fluxos de comércio de produtos intermediários que cruzam várias vezes as fronteiras nacionais no processo de fabricação de um mesmo produto (Feenstra, 1998). (CEPAL, 2002, p. 41).

Portanto, pode-se considerar que, em termos gerais, a globalização acarretou na expansão das trocas de mercadorias e serviços em nível mundial. Isso porque os quatro fatores citados anteriormente ocorreram em associação à globalização, a qual estreitou o relacionamento entre os países. Mas este processo gerou resultados muito distintos em termos de desempenho econômico, crescimento da renda e ritmos de desenvolvimento, como será discutido a seguir.

3.2 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E POBREZA: O CASO DAS ECONOMIAS DEPENDENTES

Esta breve seção discute a experiência de economias dependentes sem identificar experiências nacionais individuais. O objetivo é apontar para as dificuldades associadas à exportação de produtos primários em um contexto de extrema especialização à la Ricardo ou Heckscher-Ohlin e de queda nos termos de troca à la Prebisch. Mas não seria difícil identificar economias dependentes caracterizadas por estas condições na América Latina, África e Ásia.

Segundo o relatório da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2002), pode-se observar o grau de dependência de algumas economias exportadoras de *commodities* que estão em desenvolvimento. Esses países têm uma única mercadoria agrícola como produto de exportação e, sendo assim, sua atividade econômica gira em torno deste produto. Desta forma, esses países possuem uma economia extremamente vulnerável, a qual deverá acatar as imposições do mercado externo. Uma consequência é a deterioração dos termos de troca destes produtos, como já discutido por Prebisch. O Gráfico 2 apresenta a tendência declinante dos preços das *commodities* de 1980 a 1999. Cabe salientar que este período não compreende a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e que certamente afetou esta tendência no sentido de revertê-la. O preço das *commodities* pode estar relativamente elevado, mas, não obstante, ocorre o declínio geral dos preços. A elasticidade-preço da demanda para estes produtos é alta, ou seja, caso o preço de determinada *commodity* aumente um pouco, a demanda por ele diminuirá em maior proporção.

Gráfico 2 – Tendência dos termos de troca de algumas *commodities* (1980- 1999)

Fonte: Relatório FAO, 2002, p. 221.

3.3 EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E CRESCIMENTO: O CASO DAS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS

Nesta seção, aborda-se a questão dos países que alcançaram o estágio de desenvolvimento a partir da exportação de *commodities*. Ao contrário da seção anterior, onde a similaridade de experiências dificulta identificar individualmente um ou outro país, a experiência de desenvolvimento baseada na exportação de produtos primários ficou restrita historicamente a poucos países. Neste caso é possível identificá-los e apresentar de forma breve a experiência que caracteriza o processo de desenvolvimento. Estes casos individuais permitem ilustrar a abordagem que incorpora elementos históricos e macroeconômicos como condicionantes do processo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários.

Cabe também enfatizar que tanto os Estados Unidos, quanto os demais países de colonização inglesa, tais como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, possuíam vasto território para plantio e criação de animais, bem como mão-de-obra livre oriunda de imigração européia.

De acordo com Font (1991), citando Baldwin (1956)², para compreensão do desenvolvimento dos países de colonização recente, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, deve-se destacar que esses países adotaram como sistema de produção o regime de agricultura familiar, o qual, de acordo com Font (1991), citando Friedmann (1980)³, não se baseia em assalariamento, mas sim, em relações de parentesco, o que contribui a uma maior produtividade. Convém salientar, ainda, que, conforme Friedman e outros autores:

² BALDWIN, Robert. "Patterns of development in newly settled regions", in J. Friedman e W: Alonso (orgs.), *Regional Development and Planning*. Cambridge, MIT Press. 1956.

³ FRIEDMANN, Harriet. "Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations". *Journal of Peasant Studies* 7 (2, jul), pp. 158-96. 1980.

[...] a produção familiar gasta menos com mão-de-obra, tem estrutura de custos mais favorável, não necessita obter lucro de forma permanente e induz maior operosidade. Além disso, muitas culturas não exigem economias de escala. (FONT, 1991, p. 2-3).

Já, no que tange à América Latina, onde a exportação de produtos primários não permitiu desenvolver plenamente as economias, o sistema de produção utilizado foi o *plantation*. Este sistema utilizava vastas extensões de terras, com produção em larga escala, além de empregar mão-de-obra escrava. Desta forma, pode-se observar que, os países latino-americanos obtiveram desempenho inferior aos países de domínio inglês, tendo em vista os diferentes sistemas de produção adotados.

Assim, no sistema de agricultura familiar, há constante incentivo à competitividade, uma vez que, de acordo com Font (1991), citando Owen (1966)⁴, as unidades familiares acabam por incorporar à sua produção inovações tecnológicas de forma rápida. Esse estímulo decorre do fato de que o lucro obtido no sistema de economia familiar reverte-se aos próprios “trabalhadores”, pequenos proprietários, ao passo que, no sistema escravista, os lucros revertem-se quase que integralmente ao proprietário dos meios de produção.

3.3.1 Canadá

O Canadá é um dos países de domínio inglês que alcançou o desenvolvimento econômico a partir da exportação de produtos primários. Este país foi colonizado por imigrantes europeus, de acordo com Font (1991), e o governo agiu de forma ativa para que este processo acontecesse. Segundo o autor, a exportação de trigo foi a principal atividade da nação. O país também se dedicava à exportação de madeira, peles e peixes.

⁴ OWEN, W.F. “Me double developmental squeeze ira agricultura”. American Economic Review 51 (1, mar), pp. 43-70. 1966.

A produção canadense de trigo ganhou destaque mundialmente, uma vez que ultrapassou as exportações argentina e australiana no início do século XX. Segundo Font (1991), citando Ankli (1980)⁵, a participação da exportação de bens primários no PIB canadense dobrou tanto no período que antecedeu, quanto no período posterior à Primeira Guerra Mundial.

Segundo Font, “pouco antes da crise de 1930, o Canadá já contava com uma agricultura muito moderna, baseada em estabelecimentos familiares mecanizados e capitalizados.” (FONT, 1991, não paginado). Cabe salientar que, para o autor, a intervenção política estatal foi importante para a manutenção da agricultura independente.

Dado o fato do sistema de economia familiar ser capaz de gerar excedentes, estes podem ser investidos na produção manufatureira de produtos relacionados aos produtos primários de exportação. Isso ocorre devido à inclusão de inovações tecnológicas. Sendo assim, o setor de implementos agrícolas ganhou papel de destaque, enquanto o setor de exportação de bens primários, mesmo perdendo sua importância, permaneceu contribuindo de forma positiva à balança comercial do país.

Atualmente, de acordo com Hampshire (2008), comparando-se à Austrália e à Nova Zelândia, o Canadá é o país mais industrializado. Mesmo assim, as *commodities* exportadas pelo Canadá excedem um quarto do total de suas exportações. Os principais produtos primários objeto de exportação pelo Canadá, são o alumínio e os produtos florestais. Não obstante, o Canadá também é exportador de petróleo, carvão e gás natural, sendo estes conhecidos como *commodities* energéticas.

⁵ ANKLI, Robert E. “The growth of the canadian economy, 1896-1920”. Explorations in Economic History 17 (3 de jul.), pp. 251-74. 1980.

3.3.2 Austrália

Segundo Font (1991), o caso australiano difere do canadense pelo fato de naquele país a agricultura familiar ter enfrentado inicialmente resistência dos grandes proprietários de terras. Desta forma, o sistema de economia familiar na Austrália tardou a se sedimentar.

Destaca-se que, até a metade do século XIX, a economia independente teve de disputar a posse de terras com os invernistas, que criavam carneiros e constituíam a oligarquia da pecuária. Em um primeiro momento, a criação de carneiros pelos invernistas estabeleceu-se como principal produto de exportação australiano. Para Font (1991), entre as décadas de 1860 e 1870, ocorreram os primeiros conflitos agrários, e, no final do século XIX, os produtores emergentes conseguiram romper a barreira oligárquica estabelecida pelos invernistas. Sendo assim, outros produtos primários, que não os relativos à pecuária, passam a ganhar destaque.

O autor argumenta que, assim como no Canadá, na Austrália, a intervenção governamental foi muito importante. No caso australiano, os pequenos produtores demandavam políticas governamentais que visassem à reforma agrária. Desta forma, surgiu, em 1890, o Partido Trabalhista. Logo após, entre os anos de 1901 e 1920, foram desapropriadas e divididas vastas extensões de terra, promovendo, assim, a reforma agrária.

Entre os integrantes da economia independente, que haviam demandado reforma agrária, existiam produtores de várias culturas. Não obstante, foram os cultivadores de trigo que se destacaram por conquistar a sedimentação da economia agrícola independente australiana. Sendo assim, a Austrália passou a se configurar como um dos maiores países exportadores de trigo do início do século XX.

Um dos fatores que impulsionou a produção de trigo foi a inserção de ferramentas e máquinas capazes de substituir a força de trabalho humana em muitas tarefas. Apenas a título exemplificativo, destaca-se o trator. Este foi

capaz que revolucionar a produção agrícola no país. Como resultado da alta produção propiciada pelas máquinas, o cultivo do trigo, tornou-se uma atividade mais lucrativa que a criação de carneiros. Sendo assim, as associações de produtores de trigo tornaram-se cada vez mais comuns.

Ou seja, mais uma vez, assim como ocorreu com o Canadá, foi o êxito na produção e exportação de produtos primários que propiciou o crescimento da produção industrial. Isso porque, primeiramente, o país teve a necessidade de fabricar insumos para a sua produção agrícola. Além do mais, segundo Font (1991), o governo australiano utilizou medidas protecionistas com o intuito de garantir o desenvolvimento de suas indústrias, validando a abordagem dos encadeamentos de Hirschman.

3.3.3 Nova Zelândia

Assim como na Austrália, na Nova Zelândia também houve conflito por terras. De acordo com Font (1991), colonizadores britânicos pecuaristas passaram a reivindicar posse de terras públicas que estavam disponíveis no país, sendo que, mais tarde, esta situação foi resolvida, com a divisão da terra em pequenos lotes.

É importante salientar que quem estava no poder do país, até o final do século XIX, eram os proprietários de grandes extensões de terras. Em 1889, porém, houve a reforma eleitoral que colocou no poder o Partido Liberal. Segundo Font (1991), o Partido Liberal promoveu a reforma fiscal, a livre compra e venda da terra e novos lotes de terra foram destinados a colonos. Destaca-se também que o governo liberal instaurou a política de arrendamento mercantil da terra a juros reduzidos. Desta forma, os pequenos proprietários, os quais formaram a economia independente, tornaram-se importantes para a sociedade, pois eles passaram a movimentar a economia.

Font (1991, não paginado) argumenta que:

A produção de lã, carne e laticínios para exportação cresceu com rapidez e conferiu um caráter muito especializado à economia da Nova Zelândia, cuja população desfrutava, já em 1900, de um dos mais altos níveis de vida do mundo.

Em 1912, o Partido Liberal deu lugar ao Partido Reformista. Este partido continuou a auxiliar os agricultores, assim como o anterior. Mais tarde, em 1935, o Partido Trabalhista assumiu o poder mantendo garantias aos agricultores.

De acordo com Hampshire (2008), a economia neozelandesa adota, desde o ano de 1983, uma política de taxa de câmbio flutuante, na qual há o monitoramento do “estudo da relação entre a taxa de câmbio real e do índice de preço de *commodities* específico deste país” (HAMPSHIRE, 2008, p. 16), fazendo com que se obtenha a análise precisa dos resultados. Ademais, no que tange à exportação de *commodities*, apesar da sua queda na década de 1980 (época em que correspondia a dois terços do total de exportações), ainda representa mais da metade do total exportado por este país.

Ainda, pode-se considerar a Nova Zelândia como um país com potencial *commodity currency*⁶ porque algumas de suas exportações correspondem a grande parte do mercado mundial, o que ocorre quanto à carne de carneiro, tendo em vista que quase cinquenta por cento desse produto consumido no mundo é oriundo da Nova Zelândia. De acordo com o autor, convém salientar, também, outros produtos importantes exportados por este país, tais como a manteiga e o kiwi.

Dado o que foi exposto nesta seção, ressalta-se que, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (países de domínio inglês), tiveram como base de seu desenvolvimento a economia familiar agrárioexportadora. Este fator, associado a políticas de intervenção estatal, como, por exemplo, medidas protecionistas, foram capazes de promover o desenvolvimento econômico destas nações.

⁶ Entende-se por *commodity currency* as moedas de países que dependem fortemente da exportação de produtos primários.

Estas experiências se adéquam às perspectivas do produto primário, de encadeamentos e do papel das condições macroeconômicas e históricas, mais do que às teorias tradicionais das vantagens comparativas, na medida em que a dotação ou proporção de fatores, ou dos custos relativos de produção, são apenas um dos aspectos importantes na definição dos padrões de comércio que caracterizam a divisão internacional do trabalho.

4 A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO

Este capítulo analisa as possíveis consequências da reprimarização da pauta de exportações do Brasil no período de 2000 a 2012 para o desenvolvimento econômico do país. A reprimarização é aqui definida como uma volta a um padrão de comércio que foi superado a partir do processo de substituição de importações e que se tornou importante novamente dadas as mudanças recentes na divisão internacional do trabalho.

4.1 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A PERDA DE IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PRIMÁRIO EXPORTADORA NO BRASIL

De acordo com Fonseca (2003), o período de industrialização brasileira durou por volta de cinco décadas. Iniciou-se na década de 1930, após a crise de 1929, e durou até o final da década de 1970, quando, no governo Geisel, os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foram concluídos. Segundo o autor, o fator que motivou a industrialização no país foi a crise da agroexportação, a qual foi originada pela crise mundial da década de 1930.

Segundo os economistas da CEPAL, os países latino-americanos industrializaram-se, ou, apenas, vivenciaram experiências industrializantes, devido às crises que enfrentaram em seus mercados agroexportadores. No caso brasileiro, a crise cafeeira era estrutural, sendo que, para garantir lucro com o cultivo do café, o país utilizava medidas protecionistas desde o início do século XX. Segundo Fonseca:

Evidencia-se, portanto, que a crise da agro exportação induz ao crescimento industrial por forçar o governo a adotar políticas voltadas a resolver problemas em seu próprio âmbito, como os déficits público

e do balanço de pagamentos. Para tanto, atua em variáveis básicas, como as taxas de câmbio, de juros e de impostos, contribuindo para incentivar a industrialização. [...] (FONSECA, 2003, p. 250).

Com o processo de substituição de importações (PSI), que ocorreu em duas fases distintas no Brasil, o país passou a produzir internamente os produtos manufaturados que antes importava. Na primeira delas, foi promovida no país a substituição da importação de produtos de consumo não-duráveis, e, na segunda fase, substituiu-se os bens de consumo duráveis. Este processo alterou o eixo da economia brasileira, ou seja, se antes o motor da economia do país era o setor agroexportador, mas que não lograra conduzir o país ao desenvolvimento, agora era o setor industrial que liderava o crescimento econômico. Desta forma, variáveis como produto, renda e emprego passaram a ser determinadas pela indústria doméstica.

De acordo com Tavares (1972, p. 35), pode-se definir PSI como:

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

Para Tavares (1972), antes do Brasil iniciar seu processo de industrialização, assim como os outros países latino-americanos, possuía seu ritmo de atividade atrelado ao mercado externo, isto é, a demanda externa dos países centrais por produtos primários ditava o quão dinâmica poderia ser a economia brasileira. Outro fator negativo às economias agroexportadoras, baseia-se no fato de que ao cultivar e, por sua vez, exportar poucas espécies de produtos primários, o país acaba por se tornar vulnerável ao mercado externo, uma vez que depende que a demanda por seus produtos mantenha-se constante, já que a cada comportamento inesperado por parte da demanda externa por seus produtos, o país sentirá fortes impactos. Esta dependência e vulnerabilidade foi enfatizada pela FAO no capítulo anterior, ao mostrar a

tendência de queda nos termos de troca dos produtos primários e a perda de dinamismo destes no mercado internacional.

Como já citado, o modelo agroexportador da América Latina entrou em colapso com a crise de 1929. Este fato obrigou os países latino-americanos a buscar uma nova atividade que tornasse o país menos dependente do mercado externo. Ao ter sua capacidade para importar diminuída, o Brasil inicia o processo de substituição de importações, o qual também recebe apoio de uma demanda interna existente que até o momento era atendida por importações. Quando comparado aos demais países latino-americanos, o processo de industrialização brasileiro merece destaque, pois atingiu taxas de crescimento de grande vulto, ainda que também não tenha logrado desenvolver o país.

O que explica o êxito da indústria brasileira, em relação ao restante das economias latino-americanas, é o fato de que mesmo antes de iniciar seu processo industrializante, o país já disponha de alguns fatores que contribuíram de forma positiva à industrialização, seguindo a abordagem da teoria do produto primário. Conforme Fonseca:

A economia cafeeira, dessa forma, por meio da imigração e de sua própria expansão, resultante de seu efeito multiplicador nas atividades urbanas, foi capaz de gerar agentes e novos segmentos sociais indispensáveis a um efetivo processo de industrialização. (Fonseca, 2003, p. 256).

Sendo assim, pode-se considerar que a atividade cafeeira e as exportações de café propiciaram ao país as condições necessárias à industrialização. De acordo com Tavares (1972), até mesmo atividades de metalurgia já existiam no Brasil, ainda que em forma de artesanato.

Devido a uma capacidade interna subutilizada, com a intervenção e o incentivo governamentais, foi possível suprir a demanda da população ainda em tempos de estrangulamento externo. Devido à mudança no eixo da economia brasileira, a qual passou a se voltar para dentro, uma parte do empresariado, que antes estava inserida no cultivo do café, também passou a

investir em atividades industriais. A questão de que a atividade cafeeira era desempenhada na região centro-sul do Brasil justifica o fato dessa região ter se industrializado de forma mais acentuada que o restante do país.

Segundo Tavares (1972), após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, o Brasil recuperou a sua capacidade para importar. Salienta-se que, a elevação dos preços do café contribuiu para este fato. De acordo com a autora, a junção de esforços, tanto do setor privado, quanto do Governo, favoreceu à nova dinâmica industrial:

Os empresários privados revelaram sua vocação industrial ao aproveitarem os anos mais favoráveis do setor externo (1951/52), para importar em grande quantidade equipamentos e investir nos mais variados setores da atividade interna. Tais investimentos, alguns de longo prazo de maturação, tiveram uma importância considerável para o desenvolvimento do período seguinte, não só pelo lado do multiplicador da renda e do emprego, como muito particularmente, se encarados pela óptica da expansão e diversificação da capacidade produtiva, como uma série de elos que estabeleceram a ponte para novas etapas de industrialização. (Tavares, 1972, p. 61).

Tavares (1972) classifica em duas linhas distintas os tipos de investimento governamental. A primeira delas refere-se ao comércio exterior. Por meio de políticas cambiais, o Governo privilegiava a importação de bens de capital e produtos essenciais. Em relação ao primeiro tipo de bens, o intuito era trazer para o país máquinas e equipamentos do exterior que auxiliassem na produção interna de produtos manufaturados. A segunda linha consiste nos investimentos de base, a qual resultou na eliminação dos principais pontos de estrangulamento das seções de infra-estrutura. Esta última linha corresponde ao Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e configura a segunda fase do PSI.

Portanto, conforme assinala Tavares (1972), o Brasil destacou-se em comparação aos outros países da América Latina em seu processo de industrialização. O país apresentou um alto ritmo de crescimento e passou a exportar produtos manufaturados. Não obstante, alguns pontos negativos

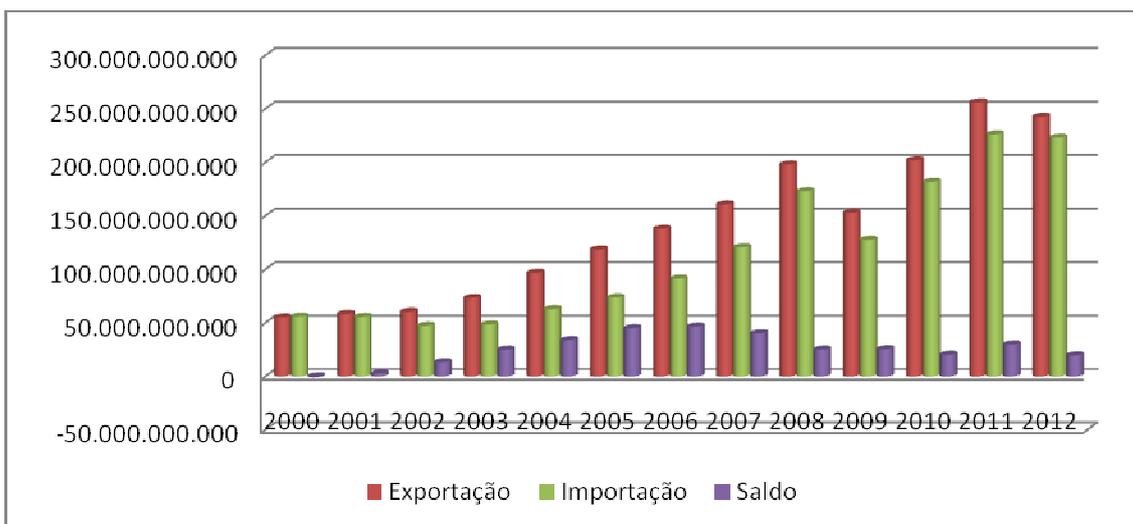
nessa fase de industrialização brasileira são destacados pela autora, tais como: “[...] graves pressões inflacionárias e com o aumento do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais [...]” (Tavares, 1972, p. 62).

Este processo de industrialização transformou o país, mas a crise dos anos 1980 e as reformas nos anos 1990 contribuíram para uma nova forma de inserção internacional da economia brasileira. Em particular, a pauta de exportações foi profundamente transformada nos anos 2000, caracterizando uma reprimarização da economia, como se mostra a seguir.

4.2 REPRIMARIZAÇÃO – EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Analisando-se o gráfico 3, é possível verificar um aumento expressivo tanto das exportações brasileiras, quanto das importações. As duas variáveis cresceram mais de quatro vezes ao longo do período compreendido entre 2000 e 2012, sendo o aumento das exportações ainda mais expressivo. No entanto, para investigar quais impactos os aumentos das trocas do Brasil com o resto do mundo podem causar, deve-se analisar, de forma detalhada, a composição da pauta de exportação e importação brasileiras.

Gráfico 3 – Balança comercial brasileira (2000 – 2012) – US\$



Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

4.2.1 Pauta exportadora brasileira

Através da tabela 3, é possível verificar os dez produtos mais exportados pelo Brasil no ano de 2000 em forma de ranking. Percebe-se que, nesta lista, quatro deles – aviões, automóveis de passageiros, aparelhos transmissores ou receptores e componentes e calçados, suas partes e componentes – são produtos manufaturados, alguns de alto teor tecnológico. Os outros seis produtos mais exportados pelo Brasil são básicos.

Tabela 3 – Exportação brasileira – Principais produtos - 2000

Posição	Produto	US\$F.O.B.	Part. %
1º	Aviões	3.054.205.640	5,54
2º	Minérios de ferro e seus concentrados	3.048.240.096	5,53
3º	Soja mesmo triturada	2.187.878.569	3,97
4º	Automóveis de passageiros	1.768.208.572	3,21
5º	Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	1.650.508.909	3,00
6º	Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	1.635.251.006	2,97
7º	Calçados, suas partes e componentes	1.617.065.549	2,94
8º	Pastas químicas de madeira	1.601.473.663	2,91
9º	Café cru em grão	1.559.124.876	2,83
10º	Produtos semimanufaturados, de ferro ou aços	1.360.113.330	2,47
Total Parcial		19.482.070.210	35,37

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

A tabela 4, por outro lado, apresenta o ranking dos dez produtos brasileiros mais exportados no ano de 2012. Pode-se observar que, ao se passarem doze anos, um período de tempo relativamente curto para mudanças estruturais significativas, o único produto manufaturado que se manteve na lista foi a produção de aviões (caindo nove posições e perdendo participação relativa), sendo que nenhum outro produto de maior valor agregado passou a fazer parte desta lista. Sendo assim, dos dez produtos mais exportados pela economia brasileira em 2012, apenas um deles não é um produto primário.

Tabela 4 – Exportação brasileira – Principais produtos - 2012

Posição	Produto	US\$F.O.B.	Part. %
1º	Minérios de ferro e seus concentrados	30.989.292.517	12,77
2º	Óleos brutos de petróleo	20.305.876.591	8,37
3º	Soja mesmo triturada	17.455.200.216	7,20
4º	Açúcar de cana, em bruto	10.030.103.067	4,13
5º	Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incl. miúdos	6.732.381.151	2,78
6º	Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	6.595.457.488	2,72
7º	Café cru em grão	5.721.720.964	2,36
8º	Milho em grãos	5.287.267.448	2,18
9º	Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)	5.039.034.073	2,08
10º	Aviões	4.746.598.532	1,96
Total Parcial		112.902.932.047	46,55

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

A tabela 5 apresenta as taxas de concentração⁷ da pauta exportadora brasileira, referentes aos anos de 2000 e 2012. Observa-se que, o Brasil apresentou um grande aumento deste índice para as quatro faixas de concentração consideradas. A primeira posição do ranking, que em 2000 era ocupada pelo produto aviões, concentrava 5,54% das exportações. Em 2012, a primeira posição, que passou a ser ocupada pelo produto minérios de ferro e seus concentrados, apresentou 12,77% de concentração industrial. Desta forma, a razão de concentração dos dez principais produtos exportados foi de 35,37% para 46,55%.

Tabela 5 – Taxas de concentração industrial (CR)
Exportação brasileira – Principais produtos

Ano	2000	2012
CR(1)	5,54	12,77
CR(3)	15,04	28,34
CR(5)	21,25	35,25
CR(10)	35,37	46,55

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

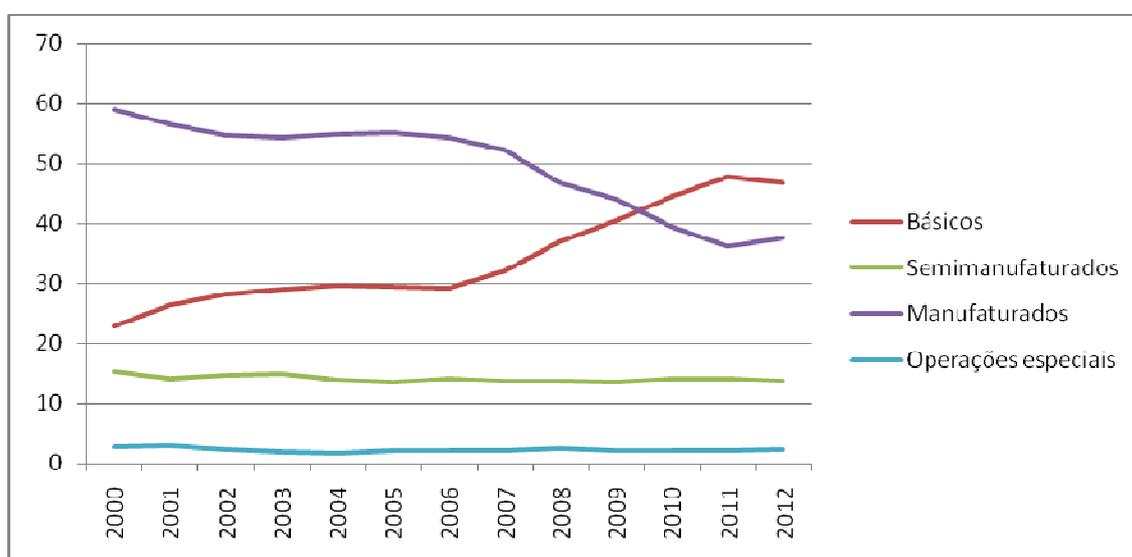
O crescente aumento da quantidade proporcional de produtos primários, ou básicos, exportados pelo Brasil, ao longo do período analisado, pode ser observado no gráfico 4. Ao passo que houve um aumento da exportação de produtos básicos, ocorreu a diminuição da exportação de produtos manufaturados. No que tange aos produtos semimanufaturados e operações especiais – os quais envolvem maior tecnologia em sua produção – observa-se uma participação constante ao longo do período.

Sendo assim, a dinâmica da pauta exportadora brasileira aponta, de forma clara, para a reprimarização. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi o aumento dos preços dos produtos primários exportados pelo

⁷ A taxa de concentração CR (razão de concentração, em inglês) mede a participação cumulativa de mercado dos m produtos no total. Assim, $CR(m) = \sum_{i=1}^m S_i$, onde S_i é a participação de mercado do produto i, havendo neste trabalho o máximo de 10 produtos.

Brasil, revertendo pelo menos temporariamente a tendência secular de declínio nos termos de troca apontados por Prebisch. A curto prazo, a decisão de exportar produtos básicos a preços elevados parece bastante interessante, dado o aumento de divisas incorporadas pelo país. Não obstante, a longo prazo, trata-se de um quadro preocupante para o desenvolvimento brasileiro, de acordo com Chang, já que a capacitação tecnológica pode vir a ser fortemente comprometida.

Gráfico 4 – Exportação brasileira por fator agregado (%)



Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

Na tabela 6, é possível verificar quais são os dez países de destino das exportações do Brasil no ano 2000. Em primeiro lugar, com 23,93% de participação nas exportações estão os Estados Unidos. A Argentina segue em segundo lugar, com 11,31% da participação. A tabela 7 apresenta os dez principais destinos em 2012, apresentando mudanças significativas, mas sinalizando a manutenção de um padrão de especialização na divisão internacional do trabalho.

Tabela 6 - Exportação brasileira - Principais países de destino - 2000

Posição	País	US\$F.O.B.	Part. %
1º	Estados Unidos	13.180.528.710	23,93
2º	Argentina	6.232.745.675	11,31
3º	Países Baixos (Holanda)	2.796.181.752	5,08
4º	Alemanha	2.525.750.862	4,59
5º	Japão	2.472.374.403	4,49
6º	Itália	2.145.853.323	3,90
7º	Bélgica-Luxemburgo	1.867.040.679	3,39
8º	França	1.731.644.480	3,14
9º	México	1.711.340.831	3,11
10º	Reino Unido	1.498.417.242	2,72
Total Parcial		36.161.877.957	65,66

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

A partir das tabelas 6 e 7, é possível fazer um comparativo dos principais países de destino das exportações brasileiras para os anos de 2000 e 2012. Pode-se verificar que os Estados Unidos tiveram a sua participação diminuída de 23,93% para 11,01%, caindo da primeira para a segunda posição. Este fato se deu em decorrência da entrada da China como principal parceiro comercial do Brasil no que se refere à importação de produtos brasileiros, com 17% de participação nas exportações.

A expansão do mercado consumidor chinês contribui de forma direta à reprimarização verificada na pauta exportadora brasileira, uma vez que a China é um grande importador de *commodities* do Brasil. Em relação aos demais países que formam o ranking de destino das exportações em 2012, esses possuem participação mais homogênea, não havendo mudanças significativas. Mas o Brasil exporta para países industrializados, com poucas exceções em função da proximidade territorial. Como os países industrializados possuem uma indústria forte e competitiva, o país acaba por exportar produtos de baixo valor agregado, reproduzindo uma situação de dependência externa.

Tabela 7 - Exportação brasileira - Principais países de destino - 2012

Posição	País	US\$F.O.B.	Part. %
1º	China	41.227.540.253	17,00
2º	Estados Unidos	26.700.844.268	11,01
3º	Argentina	17.997.706.375	7,42
4º	Países Baixos (Holanda)	15.040.703.654	6,20
5º	Japão	7.955.713.348	3,28
6º	Alemanha	7.277.061.407	3,00
7º	Índia	5.576.930.397	2,30
8º	Venezuela	5.056.025.298	2,08
9º	Chile	4.602.202.699	1,90
10º	Itália	4.580.695.491	1,89
Total Parcial		136.015.423.190	56,08

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

4.2.2 Pauta importadora brasileira

Através da tabela 8, é possível verificar os dez principais produtos importados pelo Brasil no ano de 2000. Percebe-se que, neste ranking, há apenas três produtos básicos – petróleo em bruto (5,72%), naftas (3,33%) e óleos combustíveis (2,28%). O restante do ranking é composto por produtos manufaturados, reforçando o papel do país na divisão internacional do trabalho.

Tabela 8 - Importação brasileira – Principais produtos - 2000

Posição	Produto	US\$F.O.B.	Part. %
1º	Petróleo em bruto	3.190.551.950	5,72
2º	Aparelhos transmissores, receptores e componentes	1.941.339.638	3,48
3º	Naftas	1.858.040.296	3,33
4º	Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1.706.566.929	3,06
5º	Partes e peças para veículos automóveis e tratores	1.580.278.993	2,83
6º	Apars. elétricos p/ telefonia, telegrafia, c/ fios e partes	1.349.066.286	2,42
7º	Óleos combustíveis	1.270.772.003	2,28
8º	Medicamentos para medicina humana e veterinária	1.253.459.104	2,25
9º	Veículos automóveis de passageiros, inclusive os CKD	1.210.920.449	2,17
10º	Maqs. automáticas p/ processam. de dados e suas unidades	1.036.347.680	1,86
Total Parcial		16.397.343.328	29,40

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

A tabela 9 é composta pelos dez principais produtos de importação brasileira em 2012. Comparando-se as importações de 2000 e de 2012, observa-se que a importação de “automóveis de passageiros” subiu sete posições, alcançando a segunda posição em 2012. Percebe-se a entrada dos produtos cloreto de potássio e gás natural ao ranking em 2012. Ressalta-se que, de 2000 a 2012, também houve aumento no número de produtos primários na pauta de importação brasileira.

Tabela 9 - Importação brasileira – Principais produtos - 2012

Posição	Produto	US\$F.O.B.	Part. %
1º	Óleos brutos de petróleo	13.405.739.345	6,01
2º	Automóveis de passageiros	9.566.747.498	4,29
3º	Partes e peças para veículos automóveis e tratores	6.771.471.931	3,03
4º	Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)	6.711.698.984	3,01
5º	Medicamentos para medicina humana e veterinária	6.113.616.532	2,74
6º	Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	4.248.640.651	1,90
7º	Naftas	4.192.993.317	1,88
8º	Partes de aparelhos transmissores ou receptores	3.630.109.255	1,63
9º	Cloreto de potássio	3.512.818.128	1,57
10º	Gás natural	3.336.130.497	1,50
Total Parcial		61.489.966.138	27,56

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

No que tange ao índice de concentração industrial para os produtos importados pelo Brasil, pode-se observar, na tabela 10, que este apresentou leve aumento para os três primeiros índices, e o contrário ocorreu com o índice dos dez principais produtos importados. Este diminuiu de 29,40% para 27,56%. Desta forma, pode-se considerar que a pauta de importação brasileira em 2012 está quase tão “concentrada” quanto em 2000, apresentando pouca variação, notando que o índice de concentração não é elevado.

Tabela 10 – Taxas de concentração industrial (CR)
 Importação brasileira – Principais produtos

Ano	2000	2012
CR(1)	5,72	6,01
CR(3)	12,53	13,33
CR(5)	18,42	19,08
CR(10)	29,40	27,56

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

A tabela 11 mostra a participação dos dez principais países de origem das importações brasileiras no ano de 2000. A primeira posição é ocupada pelos Estados Unidos, com participação de 23,06%. Na sequência, a Argentina e a Alemanha ocupam a segunda (12,27%) e a terceira (7,93%) posições, respectivamente. Em geral, o Brasil importa de países desenvolvidos e industrializados.

Tabela 11 - Importação brasileira - Principais países de origem - 2000

Posição	País	US\$F.O.B.	Part.%
1º	Estados Unidos	12.864.218.291	23,06
2º	Argentina	6.843.457.618	12,27
3º	Alemanha	4.420.857.768	7,93
4º	Japão	2.959.535.044	5,31
5º	Itália	2.170.440.982	3,89
6º	França	1.886.540.642	3,38
7º	Argélia	1.507.220.981	2,70
8º	Coréia do Sul	1.429.465.132	2,56
9º	Venezuela	1.329.099.345	2,38
10º	Reino Unido	1.232.775.178	2,21
Total Parcial		36.643.610.981	65,69

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

Os dados da participação dos dez principais países de origem das importações brasileiras para o ano de 2012 constam na tabela 12. Pode-se constatar que, assim como nos dados de exportação analisados, a China apresenta alteração significativa no ganho de participação na pauta de

importações do Brasil. Em 2000, a China nem mesmo estava no ranking dos dez principais parceiros comerciais do Brasil no tocante à importação brasileira, por outro lado, em 2012, o país ocupa a primeira posição, com 15,35% de participação. Desta forma, os Estados Unidos passaram a ocupar a segunda posição, com 14,50%. Os demais países não apresentaram mudanças tão significativas, permanecendo países de forte base industrial.

Tabela 12 - Importação brasileira - Principais países de origem - 2012

Posição	País	US\$F.O.B.	Part.%
1º	China	34.248.498.759	15,35
2º	Estados Unidos	32.357.065.136	14,50
3º	Argentina	16.444.100.381	7,37
4º	Alemanha	14.208.929.793	6,37
5º	Coréia do Sul	9.097.657.556	4,08
6º	Nigéria	8.012.213.606	3,59
7º	Japão	7.734.742.074	3,47
8º	Itália	6.199.258.024	2,78
9º	México	6.075.066.118	2,72
10º	França	5.909.561.571	2,65
Total Parcial		140.287.093.018	62,88

Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL (2013).

4.3 DOENÇA HOLANDESA NO BRASIL

Como explicar esta mudança rápida na pauta de exportações brasileira, isto é, a reprimarização? E mais importante, quais as possíveis consequências deste movimento de volta à exportação de produtos primários? De acordo com Bresser-Pereira (2008), o Brasil possui tendência em ser afetado pela doença holandesa devido ao fato de possuir justamente uma vantagem comparativa na produção de *commodities*. Segundo o autor:

[...] Até o início da década de 90, esta falha de mercado foi

neutralizada pela política de controles tarifários, alfandegários e cambiais, que taxava a receita de exportações de commodities primárias e desestimulava a importação de produtos manufaturados, resultando no incentivo à sua produção interna. Após esta data, com o fim destes mecanismos, o país deixou de neutralizar a doença holandesa. A partir de 2003, o crescimento mais intenso da demanda e dos preços relativos das commodities (comparados aos dos manufaturados), conjugado à prática de um diferencial elevado entre a taxa de juros interna e externa, contribuiu para apreciar a taxa de câmbio e agravar os impactos da doença holandesa no país. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 9- 10).

Para Bresser-Pereira, cuja abordagem remete à visão que enfatiza o papel da macroeconomia e da história, a doença holandesa não ocorre de forma muito acentuada no Brasil devido ao fato do país possuir uma indústria consolidada. No entanto, este assunto deve ser encarado seriamente. A indústria brasileira é capaz de gerar mais rendas e efeitos de encadeamento para frente e para trás do que qualquer outra atividade exercida no país. Sendo assim, não há incentivos para que haja especialização acentuada na atividade produtora de *commodities*.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), mesmo não ocorrendo uma especialização regressiva completa da economia brasileira na produção de produtos primários, pode-se observar deslocamento de investimentos da indústria para setores produtores de *commodities*. Isto pode trazer efeitos adversos para o país, dado que são os setores de alta tecnologia que possuem maior capacidade de gerar externalidades positivas às demais esferas da economia. A experiência histórica sugere que, o peso da indústria impede uma situação de dependência completa como aquela apontada pelo relatório da FAO (2002), sujeitando o país a uma situação de empobrecimento absoluto. Mas a experiência histórica também sugere que o país dificilmente poderá repetir o ocorrido nos países que se desenvolveram com base na exportação de produtos primários, dadas as condições históricas em que ocorreram e as características econômicas distintas. Assim, a reprimarização aponta para uma tendência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs analisar os dados da balança comercial do Brasil de 2000 a 2012 para, constatada a reprimarização da pauta exportadora, vislumbrar o futuro do país no que se refere à possibilidade de desenvolvimento a partir da exportação de bens primários. Há diversas correntes sobre o tema, as quais divergem sobre a possibilidade de um país desenvolver-se a partir da exportação de *commodities*.

Primeiramente, foram apresentados os argumentos a favor do desenvolvimento a partir da exportação de produtos primários. Entre os principais defensores, citou-se Ricardo e Watkins. O primeiro autor argumenta que, uma nação, para crescer e se desenvolver economicamente, deve produzir os bens que possui vantagens comparativas, ou seja, tanto produtos básicos, como manufaturados. Watkins defende o desenvolvimento baseado na exportação de bens primários utilizando como exemplo a economia canadense. O Canadá, por ter sido um país de colonização inglesa, obteve vantagens que facilitaram seu desenvolvimento, como é o fato de ter tido sua economia baseada em agricultura familiar.

Em oposição aos argumentos anteriores, apresentou-se a teoria da deterioração dos termos de troca, a qual defende que a exportação de *commodities* não conduz um país ao estágio de desenvolvimento. A evidência empírica corrobora à deterioração, ainda que o crescimento da China tenha revertido temporariamente esta tendência e beneficiado muitos países, inclusive o Brasil. Também foram apresentados os argumentos de List e Chang, os quais defendem que é necessário proteger a indústria infante da nação. Estes autores utilizam a proteção à indústria como instrumento para alcançar o desenvolvimento. Além disso, ainda foi apresentado o argumento da doença holandesa e explanada uma abordagem alternativa sobre os efeitos em cadeia de Hirschman.

Depois que os argumentos pró e contra a exportação de *commodities* como forma de se alcançar o desenvolvimento foram expostos, apresentaram-

se alguns casos de economias que obtiveram sucesso, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Esses três países foram domínios britânicos e passaram pelo mesmo tipo de colonização, com a economia baseada na agricultura familiar. Estas características dificilmente poderão ser replicadas pelo Brasil. Apresentaram-se também alguns dados para os países da América Latina, os quais passaram por um tipo de colonização bastante distinto do anterior. Os países latino-americanos utilizaram mão de obra escrava e possuíam a economia baseada no sistema de grandes extensões de terras (plantation).

No último capítulo, tratou-se primeiramente de fazer um breve apanhado do contexto industrializante brasileiro. O país, diferente de outros da América Latina, industrializou-se através do PSI e conseguiu mesmo exportar produtos industrializados como aviões e automóveis. Na sequência, parte-se para uma análise dos dados recentes da balança comercial brasileira. A partir da verificação destes, fica evidente a existência de reprimarização na pauta de exportações brasileira. Ou seja, após o Brasil ter conquistado, ao longo do século XX, uma indústria consistente, passa a retroceder de forma a exportar uma elevada e crescente proporção de produtos primários. Este exemplo, de volta à produção agrícola a partir da indústria, é bastante atípico, dificilmente antes verificado em outro país. Questiona-se, assim, o resultado que teremos em termos do desenvolvimento brasileiro a longo prazo. Possivelmente o desenvolvimento brasileiro não acontecerá com base na exportação de produtos primários, dado que são os produtos manufaturados que geram encadeamentos positivos sobre os outros setores da economia, aumentam a capacitação tecnológica e não apresentam deterioração dos termos de troca a longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [Dados sobre comércio exterior]. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161&refr=1161>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 4., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). As dimensões econômicas da globalização. In: _____. **Globalização e desenvolvimento**. [Santiago]: CEPAL, 2002. p. 29- 76. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/10029/Por-Cap2-Globalizacion.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: Rego, José Márcio; Marques, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 248- 281.

FONT, Maurício. Agricultura exportadora e industrialização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, fev. 1991. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:v8RFmj-SAqgJ:www.anpocs.org/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D212%26Itemid%3D203+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 out. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. (FAO). **Papers on selected issues relating to the WTO negotiations on agriculture**. Roma, 2002. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/004/Y3733E/Y3733E00.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

HAMPSHIRE, Bruno Niemeyer. **O efeito de preços de commodities sobre a taxa de câmbio real para países exportadores de commodities: uma**

análise empírica. 2008. 80f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeitos em cadeia, uma abordagem generalizada. In: HOSELITZ, Bert F. **Essays on economic development and cultural changes.** Chicago: University of Chicago Press, 1977. p. 6- 44.

Disponível em: <

http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/desenvolvimento_por_efeitos_em_cadeia.pdf>. Acesso em: 2 set. 2013.

_____. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política.** 5. ed. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, 1949. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

REIS, Cristina Frões de Borja. Desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma revisão teórica e crítica da literatura. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., 2012, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bTkFc7j8AEoJ:www.scp.org.br/artigos/download%3Fid%3D1968%26title%3DDesenvolvimento%2Becon%25C3%25B4mico%2Bliderado%2Bpor%2Brecursos%2Bnaturais%253A%2Buma%2Brevis%25C3%25A3o%2Bte%25C3%25B3rica%2Be%2Bcr%25C3%25ADtica%2Bda%2Bliteratura+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>>. Acesso em: 23 maio 2013.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Revisitando o protecionismo de Friedrich List. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM HISTÓRIA ECONÔMICA & V ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <
<http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/paper/view/241/80>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

SQUEFF, Gabriel Coelho. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. **IPEA, Texto para discussão**. Brasília, n. 1747. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15031>. Acesso em: 9 nov. 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WATKINS, Melville H. Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 255- 279.

WILLUMSEN, Maria J.; DUTT, Amitava Krishna. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2, n. 3 (43), jul./set. 1991. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/PDF/43-4.PDF>>. Acesso em: 14 set. 2013.